

COIMBRA  
BUSINESS  
SCHOOL

 **iscac**   
Politécnico de Coimbra

**COIMBRA  
BUSINESS  
SCHOOL**  
 **iscac**   
Politécnico de Coimbra

Hidianeth Melina Gonçalves Gomes

**Contabilização dos ativos biológicos no setor agrícola**

Coimbra, abril de 2025





Hidianeth Melina Gonçalves Gomes

## **Contabilização dos ativos biológicos no setor agrícola**

Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de **Mestre em Contabilidade e Fiscalidade Empresarial**, realizada sob a orientação do Professor Miguel Lira.

Coimbra, abril de 2025



## **TERMO DE RESPONSABILIDADE**

Declaro ser a autora desta dissertação, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido a outra Instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas e que tenho consciência de que o plágio constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação da presente dissertação.

## **PENSAMENTO**

O tema da contabilização dos ativos biológicos surgiu para mim como uma oportunidade de explorar uma área da contabilidade que não é muito abordada, e que une teoria e prática, com as implicações diretas na sustentabilidade dos recursos naturais. A escolha deste tema reflete o meu desejo constante de aprender e compreender as complexidades que envolvem a avaliação e o reconhecimento dos ativos biológicos, como as vinhas, que desempenham um papel fundamental na produção agrícola e, conseqüentemente, na economia portuguesa.

A contabilidade dos ativos biológicos, seja pelo modelo do custo ou pelo modelo do justo valor, representa um desafio para as empresas, especialmente em contextos de mercados dinâmicos e fatores ambientais imprevisíveis. Este estudo permitiu-me aprofundar os meus conhecimentos não só na área da contabilidade, mas também na aplicação e prática dos conceitos que regem a gestão dos recursos biológicos.

O meu interesse por este tema vai além da componente técnica, ele está também relacionado com a minha curiosidade em perceber como as empresas podem adaptar-se a um ambiente em constante mudança, enquanto garantem a integridade dos seus ativos biológicos e a sustentabilidade financeira.

## DEDICATÓRIA

Mãe, esta conquista é, antes de mais, tua. Desde o início da minha jornada académica, foste sempre a minha maior fonte de apoio, amor e inspiração. A tua dedicação incansável, os teus sacrifícios e o teu exemplo de perseverança foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Sempre acreditaste em mim, mesmo nos momentos em que duvidei de mim próprio, e nunca deixaste de me incentivar a seguir em frente, mesmo quando o caminho parecia difícil.

Esta dissertação reflete não só o meu trabalho e esforço, mas também todo o amor e apoio que me proporcionaste ao longo de toda a minha vida. Cada passo que dei nesta caminhada foi acompanhado pela tua orientação e pelo teu carinho, que me deram força e coragem para nunca desistir dos meus sonhos. Dedico-te este trabalho com todo o meu coração, pois sei que sem ti, nada disso teria sido possível.

A minha gratidão por tudo o que fizeste por mim é infinita. És a razão pela qual continuo a lutar pelos meus objetivos, e o teu amor incondicional será sempre o alicerce da minha vida. Esta vitória é, sem dúvida, a tua também.

## **AGRADECIMENTOS**

A realização da presente dissertação de mestrado, vem marcar o final da minha jornada académica repleta de desafios, aprendizagem, persistências e conquistas. Foram dois anos de muito esforço e dedicação, e hoje com espírito de gratidão posso afirmar que cada etapa deste percurso valeu a pena. Como tal, não podia deixar de expressar a minha profunda gratidão a todos os envolvidos, que contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional ao longo do meu percurso no mestrado.

Em primeiro lugar, quero expressar a minha sincera gratidão ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra (ISCAC) pela oportunidade de expandir as minhas capacidades académicas através do mestrado em Contabilidade e Fiscalidade Empresarial. Agradeço profundamente aos professores, cujo contributo, direto ou indireto, foi essencial para a minha formação, bem como aos meus colegas, que incansavelmente me ajudaram a compreender os conteúdos programáticos e a desenvolver os trabalhos. A colaboração e o espírito de equipa dos meus colegas foram fundamentais para que eu pudesse desfrutar plenamente do ambiente académico e alcançar os objetivos desta jornada.

Em Segundo lugar, gostaria de agradecer ao meu orientador, Professor Doutor Miguel Lira, pela sua inestimável orientação, paciência e conhecimentos partilhados ao longo de todo o processo. A sua dedicação e rigor académico foram fundamentais para a concretização desta dissertação.

Em terceiro lugar, expressar o meu agradecimento pelo apoio incondicional da minha família e amigos. Primeiramente, à minha mãe e aos meus irmãos, que foram a base de todo o meu esforço, dedicação e não mediram esforços para ver-me concluir essa fase académica mesmo nas fases mais difíceis, quando pensei em desistir, vocês mantiveram a fé em mim e nunca deixaram de me incentivar. Sou eternamente grata por cada palavra de encorajamento e por acreditarem em mim, mesmo quando eu mesma duvidei.

Por fim, aos meus amigos, que se tornaram uma verdadeira família aqui em Portugal, o meu muito obrigada por estarem ao meu lado em cada etapa desta jornada. Vocês foram uma fonte de força, alegria e motivação.

## RESUMO

A presente dissertação tem como tema central a contabilização dos ativos biológicos no setor agrícola, com particular foco na sua aplicação no contexto vitivinícola. Com base numa pesquisa bibliográfica e num estudo de caso realizado na Quinta da Almiara, uma empresa do setor vitivinícola, analisam-se os principais desafios e fatores que influenciam a mensuração e o reconhecimento dos ativos biológicos, como as vinhas, à luz da normativa vigente, nomeadamente a Norma Contabilística de Relato Financeiro 17 (NCRF 17). A dissertação examina as diferentes abordagens adotadas pelas empresas, que podem optar entre o modelo do custo histórico ou o justo valor, e analisa as razões subjacentes a essas escolhas, tendo em conta as limitações operacionais e os riscos do setor agrícola.

A contabilização dos ativos biológicos é influenciada por fatores ambientais imprevisíveis, como as condições climáticas e as transformações biológicas dos ativos, que tornam difícil a aplicação do modelo do custo, dado o impacto das variáveis naturais no valor dos ativos. Contudo, as empresas agrícolas, em particular as vitivinícolas, tendem a optar pela mensuração ao custo histórico, principalmente devido à sua simplicidade, fiabilidade e aos recursos limitados disponíveis.

Nesse sentido, a contabilidade dos ativos biológicos exige uma abordagem holística que combine conhecimentos técnicos de contabilidade com práticas de gestão agronómica. O estudo de caso da Quinta da Almiara exemplifica como a integração da gestão agrícola com as práticas contabilísticas pode resultar numa contabilização mais eficaz e sustentável, permitindo cumprir as normas com maior rigor e melhorar a gestão do negócio, mesmo face às incertezas naturais do sector agrícola. A adaptação às especificidades do sector, aliada ao uso adequado das ferramentas normativas, é essencial para a fiabilidade da informação financeira e para a sustentabilidade das empresas no mercado.

**Palavras-chave:** Contabilização dos ativos biológicos, transformações biológicas.

## ABSTRACT

The central theme of this dissertation is the accounting of biological assets in the agricultural sector, with a particular focus on their application in the wine sector. Based on bibliographical research and a case study carried out at Quinta da Almiara, a company in the wine sector, the main challenges and factors that influence the measurement and recognition of biological assets, such as vineyards, are analyzed in the light of current regulations, namely Accounting Standard for Financial Reporting 17 (NCRF 17). The dissertation examines the different approaches adopted by companies, which can choose between the historical cost model or fair value, and analyzes the reasons behind these choices, taking into account the operational limitations and risks of the agricultural sector.

The accounting of biological assets is influenced by unpredictable environmental factors, such as weather conditions and the biological transformations of assets, which make it difficult to apply the cost model, given the impact of natural variables on the value of assets. However, agricultural companies, particularly wine companies, tend to opt for historical cost measurement, mainly due to its simplicity, reliability and the limited resources available.

In this sense, accounting for biological assets requires a holistic approach that combines technical accounting knowledge with agronomic management practices. The case study of Quinta da Almiara exemplifies how integrating agricultural management with accounting practices can result in more effective and sustainable accounting, making it possible to comply with standards more rigorously and improve business management, even in the face of the natural uncertainties of the agricultural sector. Adapting to the specificities of the sector, combined with the appropriate use of regulatory tools, is essential for the reliability of financial information and the sustainability of companies in the market.

**Keywords:** Accounting for biological assets, biological transformations.

## ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO .....	1
I. Revisão da literatura .....	3
I.1. A contabilidade no setor agrícola .....	3
I.2. Principais fatores que influenciam a contabilização na atividade agrícola .....	4
I.2.1. Fatores ambientais e alterações climáticas .....	5
I.2.2. Transformações biológicas .....	7
I.2.3. Custo de Produção e Manutenção .....	8
I.2.4. A aplicação do normativo contabilístico .....	8
I.3. Classificação das principais atividades agrícolas em Portugal.....	9
I.4. Competitividade no setor agrícola em Portugal .....	11
I.5. NCRF 17-Agricultura.....	13
I.5.1. Ativos biológicos consumíveis.....	15
I.5.2. Ativos biológicos de produção .....	15
I.6. Reconhecimento e mensuração dos ativos biológicos .....	15
I.7. Método do Custo versus Método do Justo Valor: Uma Comparação na Contabilização de Ativos Biológicos .....	19
I.8. A contabilização das principais operações relacionadas com ativos biológicos no regime geral do SNC .....	22
II. Metodologia de investigação .....	25
II.1. Pesquisa Bibliográfica.....	25
II.2. Estudo de Caso - Quinta da Almiara.....	25
III. Resultados.....	27
III.1. Apresentação da empresa .....	27

III.2. Missão e Visão.....	28
III.3. Compromisso com a Sustentabilidade e a Inovação.....	29
III.4. Classificação e caracterização dos seus ativos biológicos.....	30
III.5. Processo de cultivo das vinhas .....	31
III.6. Políticas contabilísticas.....	32
III.7. Ciclo de vida das vinhas e suas implicações para a contabilidade .....	33
III.7.1. Determinação do custo das vinhas.....	34
III.8. Medidas de controlo das alterações nos ativos biológicos .....	40
III.9. Impacto das mudanças nos ativos biológicos nas demonstrações financeiras .....	41
III.10. Implicações fiscais decorrentes da contabilização das alterações nos ativos biológicos .....	43
III.11. Desafios e oportunidades na implementação da NCRF-17 em empresas vitivinícolas .....	44
III.12. Sugestões para a melhoria da gestão e contabilização de ativos biológicos de produção em empresas agrícolas .....	46
IV. Discussão .....	47
CONCLUSÃO.....	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	53
ANEXOS .....	57

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 Ativos biológicos consumíveis vs de produção.....	15
Tabela 2 Regra geral na mensuração dos Ativos Biológicos .....	18
Tabela 3 Mensuração dos ativos biológicos de produção vs consumíveis.....	19
Tabela 4 Reconhecimento de um ativo biológico .....	22
Tabela 5 Contabilização da compra de ativos biológicos.....	23
Tabela 6 Contabilização da venda de ativos biológicos vivos .....	23
Tabela 7 Contabilização de ativos biológicos nascidos na exploração .....	24
Tabela 8 Contabilização de abate de ativos biológicos .....	24
Tabela 9 Compra de enxertos e custo da mão de obra .....	34
Tabela 10 Compra de equipamentos de suporte das vinhas .....	35
Tabela 11 Mão de obra e compra de suporte para as vinhas .....	36
Tabela 12 Custos totais das vinhas .....	37
Tabela 13 Quantidade Produzida.....	37
Tabela 14 Custos das vinhas.....	37
Tabela 15 Depreciação anual das vinhas .....	38
Tabela 16 Depreciação anual das vinhas .....	38
Tabela 17 Depreciação anual das vinhas .....	38
Tabela 18 Depreciação anual das vinhas .....	38
Tabela 19 Movimentos na rúbrica dos ativos biológicos em 2023 .....	39

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 Transformação biológica de acordo com a NCRF 17.....	14
Figura 2 Imagem da Quinta da Almiara .....	28
Figura 3 Imagem dos Vinhos Quinta da Almiara.....	29
Figura 4 Imagem das nas instalações da entidade .....	30
Figura 5 Imagem dos Ativos biológicos da empresa.....	30
Figura 6 Imagem da Plantação das vinhas.....	31
Figura 7 Imagem das uvas da Quinta da Almiara .....	32
Figura 8 Imagem de uma parte dos hectares das vinhas.....	34
Figura 9 Imagem dos Ativos biológicos da entidade .....	41

**Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas**

CNC: Comissão de Normalização Contabilística

IAS: International Accounting Standards

INE: Instituto Nacional de Estatística

ISCAC: Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra

SNC: Sistema de Normalização Contabilística

## INTRODUÇÃO

A contabilidade, desempenha um papel essencial na gestão e controlo das atividades económicas e financeiras das organizações. Este processo inicia-se com a recolha e registo dos dados, segue-se o seu tratamento e processamento, culminando na apresentação das demonstrações financeiras. Todo este percurso visa assegurar a utilidade e a fiabilidade da informação disponibilizada aos diferentes utilizadores (Nobre, 2017). No setor agrícola, esse propósito mantém-se, mas com desafios acrescidos, decorrentes das especificidades próprias da atividade. Tal como refere Rodrigues (2010), a agricultura apresenta particularidades que colocam entraves à normalização contabilística, nomeadamente os ciclos de produção, a dificuldade de atribuição de custos entre períodos e o tratamento da informação sobre ativos vivos, como plantas e animais.

Além disso, o setor agrícola, à semelhança de qualquer outro setor de atividade, está exposto a riscos, mas destaca-se pela presença de fatores naturais e biológicos como as condições climáticas, o crescimento ou a produção dos ativos que afetam diretamente a sua substância e valor económico (Sedlacek, 2010). Estes aspetos comprometem, por vezes, a aplicação prática do modelo do custo, tradicionalmente utilizado pelas empresas portuguesas.

Em resposta a estas vicissitudes, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, no ano 2000, a norma International Accounting Standards 41 (IAS 41) Agricultura, introduzindo o justo valor como critério principal para mensurar e reconhecer ativos biológicos. Esta norma visou aumentar a fidedignidade da informação financeira, reforçando a sua utilidade na tomada de decisão. Em Portugal, a Comissão de Normalização Contabilística (CNC) incorporou a IAS 41 no Sistema de Normalização Contabilística (SNC) através da Norma Contabilística e de Relato Financeiro 17 (NCRF 17), com requisitos idênticos aos estabelecidos internacionalmente.

A presente dissertação tem como tema central a contabilização dos ativos biológicos no setor agrícola, com especial enfoque na sua aplicação prática no contexto vitivinícola. O estudo justifica-se por se tratar de uma temática atual e ainda pouco desenvolvida na literatura contabilística portuguesa, e pela sua relevância prática num setor que representa uma parte significativa da economia nacional. Através da análise da

NCRF 17 e da aplicação de um estudo de caso na Quinta da Almiara, pretende-se compreender os principais desafios que as empresas enfrentam na mensuração dos ativos biológicos, bem como os fatores que influenciam a escolha entre o modelo do custo histórico e o do justo valor. A dissertação explora ainda a forma como a contabilidade se articula com a gestão agronómica e com as exigências da sustentabilidade, propondo uma reflexão sobre a necessidade de alinhar os normativos com a realidade operacional das empresas agrícolas.

No que respeita à estrutura, a dissertação está organizada em quatro capítulos principais:

No capítulo I, realiza-se uma revisão da literatura que enquadra teoricamente o tema, analisando os principais conceitos, normativos e desafios associados à contabilização dos ativos biológicos.

O capítulo II é dedicado à metodologia, onde são descritos os métodos e procedimentos utilizados para a realização do estudo, incluindo a abordagem qualitativa e um estudo de caso.

O capítulo III, apresenta os resultados obtidos através da análise da empresa Quinta da Almiara, evidenciando a forma como esta aplica na prática os princípios contabilísticos em contexto vitivinícola.

Por fim, o capítulo IV, constitui a discussão dos resultados, onde se estabelece uma ligação crítica entre a revisão da literatura (tópico I) e as evidências empíricas do estudo de caso (tópico III), permitindo identificar convergências e desafios entre teoria e prática.

## **I. Revisão da literatura**

A atividade agrícola é um dos meios de produção mais antigos do mundo, datando de há 12 mil anos, quando as civilizações pré-históricas passaram da caça nómada para a agricultura em povoações permanentes. Nos milénios que se seguiram, a agricultura funcionou como uma importante força de progresso e ajudou a desenvolver muitas das cidades europeias que conhecemos hoje (Barrona, 2023).

Segundo a NCRF 17 (§6), atividade agrícola, “é a gestão por uma entidade da transformação biológica e a colheita de ativos biológicos para venda ou para conversão, em produtos agrícolas ou em ativos biológicos adicionais”.

### **I.1. A contabilidade no setor agrícola**

A contabilidade, desempenha um papel essencial na gestão e controlo das atividades económicas e financeiras das organizações, garantindo a fiabilidade das informações financeiras, o cumprimento das obrigações legais e a transparência na prestação de contas (Nobre, 2017).

Os seus principais objetivos, incluem o fornecimento de informação financeira atempada, precisa e fiável para a tomada de decisões estratégicas por parte dos gestores, investidores e outras partes interessadas. Estes objetivos convergem para promover a estabilidade e o crescimento sustentável das organizações no contexto económico atual (Borges, 2019). Além disso, a avaliação rigorosa do desempenho económico e financeiro através de análises periódicas como balanços, demonstrações de resultados e fluxos de caixa proporciona uma visão clara da rentabilidade, liquidez e solvência da empresa. Este processo não só orienta as decisões estratégicas como também reforça a capacidade da organização para adaptar-se às exigências do mercado e às mudanças económicas (Nobre, 2017).

A contabilidade da agricultura visa idêntico propósito. Porém, segundo Rodrigues (2010), a atividade agrícola gera muitas incertezas, pois mostra uma enorme dependência das condições climáticas, o que leva a uma série de particularidades ligadas ao reconhecimento e mensuração dos ativos característicos das atividades agrícolas. É, também, um setor com especificidades que representam grandes desafios para a contabilidade, de que são exemplo os ciclos de produção, a atribuição de custos entre diferentes períodos, o tratamento de informação sobre animais vivos e plantas (Pascoal, 2017).

Em comparação com outros ramos económicos, a atividade agrícola é caracterizada por atividades específicas que exigem práticas e regras contabilísticas apropriadas. Segundo Sedlacek (2010), as normas contabilísticas em geral não fornecem as soluções totalmente adequadas para o tratamento das atividades agrícolas, nem mesmo para a preparação de demonstrações financeiras e a divulgação de informação financeira do ramo.

Assim, a agricultura precisa de uma especial atenção no que concerne aos princípios e práticas contabilísticas. Um outro traço característico da agricultura é o facto de uma parte dos meios de produção ser obtida diretamente do processo de produção.

## **I.2. Principais fatores que influenciam a contabilização na atividade agrícola**

A atividade agrícola, tal como qualquer outro setor de atividade, enfrenta riscos. Porém, envolve aspetos específicos, como o reflexo das condições climáticas ou das transformações biológicas (crescimento, produção, procriação etc.) que alteram a substância do ativo biológico afetando a aplicabilidade do princípio do custo histórico (Ribeiro, 2022).

No entanto, é essencial compreender quais são os fatores e os mecanismos de defesa utilizados pelas empresas para mitigar os desvios que possam ocorrer na contabilização dos ativos biológicos, assim como as respetivas alterações que possam ocorrer ao longo da vida útil desses ativos.

### **I.2.1. Fatores ambientais e alterações climáticas**

Os fatores ambientais, especialmente aqueles ligados às alterações climáticas, estão a causar a desvalorização de ativos em diversos setores e regiões geográficas, com repercussões significativas para as economias, empresas, instituições financeiras, comunidades e trabalhadores (Caldecott, 2013).

Uma estimativa, considerando apenas os impactos climáticos (impacto direto e danos residuais), coloca o valor médio em risco, num cenário de manutenção do status em 2,5 biliões de dólares nos Estados Unidos da América (EUA). Esta estimativa representa 16,9% dos ativos em risco (Dietz, 2016). As estimativas sugerem que, entre 1997 e 2011, o mundo perdeu entre 4 e 20 biliões de dólares anuais em serviços dos ecossistemas devido a alterações na utilização dos solos, e entre 6,3 e 10,6 biliões de dólares anuais devido à degradação dos solos, impactando diretamente a atividade agrícola (Managi, 2018).

Os dados mais recentes do Instituto Nacional de Estatística (INE) mostram uma enorme resiliência do setor agrícola em Portugal, em 2023, terá registado um crescimento nominal de 33% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) da atividade produtiva e um aumento real de 8,7% do rendimento da atividade agrícola, depois de afundar 11% em 2022 (Leitão, 2024).

Existe uma grande variedade de perigos, definidos como eventos climáticos severos cuja incidência está a aumentar pelas alterações climáticas geralmente classificados como **crónicos ou agudos**, que incluem alterações mais lentas, como a **subida da temperatura**, apesar da sua natureza mais lenta, podem causar danos significativos e levar a uma exposição a riscos graves (Jevrejeva, 2018). Por exemplo, nas culturas agrícolas, o calor extremo pode resultar numa diminuição da produtividade e afetar diretamente o rendimento de culturas sensíveis ao calor, como o trigo e o milho; **secas**, que terão um impacto direto nas irrigações das plantações e também podem afetar na saúde dos animais, especialmente para as empresas que se dedicam à criação de animais para venda e os riscos de **incêndios florestais** que dependem não só das condições de seca, mas também da cobertura florestal (Jevrejeva, 2018).

Portugal, é particularmente vulnerável às alterações climáticas, com secas prolongadas, temperaturas extremas e a escassez de recursos hídricos a afetarem significativamente a produção agrícola (Cunha, 2021). O setor agrícola, especialmente no sul do país, tem sentido os impactos das secas recorrentes, o que coloca uma pressão acrescida sobre os recursos de água disponíveis e limita a capacidade produtiva. Este desafio exige o desenvolvimento de novas tecnologias e sistemas de gestão hídrica mais eficazes, como a irrigação de precisão e o uso de culturas mais resistentes à seca. (Cunha, 2021).

Embora se preveja que os perigos climáticos se agravem no futuro, os impactos físicos atribuíveis às alterações climáticas já se fazem sentir. À medida que avançamos no século XXI, é provável que as alterações climáticas contribuam também para uma maior probabilidade de eventos compostos, nos quais dois ou mais eventos climáticos se combinam para produzir um resultado pior do que o efeito de um deles ocorrendo individualmente. Tal poderá aumentar a volatilidade dos preços dos ativos, demonstrando a probabilidade de as alterações climáticas não seguirem um percurso linear no seu impacto sobre as economias e os retornos dos investimentos (Hanisch, 2018).

Em essência, **a vulnerabilidade de um ativo biológico** refere-se à suscetibilidade ou fragilidade de um organismo vivo, espécie, ou ecossistema face a ameaças ou mudanças adversas no seu ambiente (Mastrorillo, 2016). Compreender a vulnerabilidade dos ativos e das contrapartes face aos riscos climáticos constitui, possivelmente, um dos maiores desafios no que toca à recolha de dados, uma vez que exige maior granularidade e um nível mais elevado de detalhes qualitativos (Barker, 2019). Algumas instituições financeiras podem já ter os dados ao nível dos ativos de que necessitam para sobrepor os dados sobre os riscos climáticos, por exemplo, um banco que concede empréstimos hipotecários (Marjanac, 2018).

Ao nível dos ativos, isto pode significar que, mesmo entre dois países vizinhos, de características idênticas, empresas situadas na mesma zona, propensas a fatores que possam condicionar a vulnerabilidades dos seus ativos podem ser afetadas de forma distinta, caso existam melhores sistemas, para a proteção desses ativos (Barker, 2019). O que contabilisticamente poderá contribuir positivamente no resultado da empresa na

medida em que irá preservar os seus ativos. Compreender a preparação dos sistemas de proteção, implica avaliar a qualidade das estratégias empresariais e dos planos de gestão no que diz respeito aos riscos climáticos. Idealmente, deveria ser possível extrair este tipo de dados dos relatórios anuais das empresas ou de sustentabilidade, embora muitas empresas não reportem este detalhe ou reportem apenas informações limitadas (Hanisch, 2018).

Pesquisas recentes sugerem que se estes potenciais impactos dos riscos climáticos que originam ativos irrecuperáveis (ativos que não resistem as alterações climáticas) não forem mitigados, poderão propagar-se em preocupações de estabilidade para o sistema financeiro (Batten, 2016).

### **I.2.2. Transformações biológicas**

A atividade agrícola é um sistema complexo de reprodução contínua de processos simplificados de melhoramento de plantas e de animais. Este sistema compreende também a gestão da biotransformação de plantas e animais (bioativos) para o fabrico de produtos agrícolas e a sua venda ou utilização para o fabrico de bioativos adicionais (Rolan, 2020).

A **alteração dos ativos biológicos por transformação biológica** refere-se ao processo pelo qual os recursos vivos, tais como plantas e animais, sofrem modificações naturais ao longo do tempo, resultando em mudanças no seu estado ou valor económico. Esta transformação biológica inclui o crescimento, a degradação, a produção e a procriação, constituindo fatores-chave na valorização dos ativos biológicos para efeitos contabilísticos (Cardoso, 2018).

Por exemplo, numa exploração agrícola, as procriações de gado resultam em alterações significativas nos ativos biológicos da entidade. Estas mudanças influenciam diretamente os valores contabilísticos dos ativos, obrigando a ajustes periódicos para refletir o justo valor destes recursos vivos.

A contabilização correta das alterações dos ativos biológicos é essencial para a transparência das informações financeiras e permite aos utilizadores das demonstrações financeiras avaliar de forma mais precisa o impacto das atividades agrícolas e biológicas

na posição financeira da entidade. Esta prática é especialmente relevante em sectores onde os ativos biológicos representam uma parcela significativa dos recursos, exigindo uma monitorização contínua e a aplicação rigorosa das normas contabilísticas para capturar as mudanças decorrentes das transformações biológicas.

A biotransformação provoca alterações físicas como o crescimento, a degeneração, a produção e a reprodução e cada uma delas pode ser observada e avaliada. Cada uma destas alterações diz diretamente respeito aos lucros económicos futuros (Kontevoy, 2015).

### **I.2.3. Custo de Produção e Manutenção**

A contabilização dos custos associados ao plantio, à manutenção, aos cuidados agrícolas e à colheita dos ativos biológicos constitui um elemento crucial na determinação do valor desses ativos nas demonstrações financeiras. Estes custos incluem uma vasta gama de despesas, tais como o uso de sementes ou mudas, fertilizantes, pesticidas, mão-de-obra, máquinas e equipamentos utilizados, bem como o transporte e armazenamento dos produtos após a colheita (Argilés, 2011).

A forma como estes custos são registados e alocados tem um impacto direto na avaliação e na representação financeira da empresa. O reconhecimento adequado e atempado destes custos é fundamental para garantir que os ativos biológicos sejam corretamente valorizados, refletindo de forma precisa a realidade económica da empresa. Um erro na contabilização destes custos pode conduzir a distorções nas demonstrações financeiras, comprometendo a confiança dos investidores e a tomada de decisões empresariais (Argilés, 2011).

### **I.2.4. A aplicação do normativo contabilístico**

A aplicação correta da NCRF 17 e as disposições da IAS 41, é essencial para assegurar a transparência e a consistência no tratamento dos ativos biológicos. A NCRF 17 estabelece as orientações sobre o tratamento contabilístico dos ativos biológicos, como plantações agrícolas e pecuária, e exige que estes sejam avaliados e reconhecidos de acordo com metodologias bem definidas (CNC, 2015).

A IAS 41, por sua vez, estipula critérios internacionais para o reconhecimento, mensuração e divulgação de ativos biológicos, com particular enfoque na distinção entre a avaliação pelo custo e a avaliação ao valor justo. A escolha entre estes dois métodos depende do tipo de ativo biológico em questão e das circunstâncias específicas da empresa. A aplicação rigorosa destas normas é crucial para garantir que os ativos biológicos sejam representados de forma fidedigna nas demonstrações financeiras, refletindo fielmente a sua realidade económica e alinhando-se às melhores práticas internacionais de contabilidade (Martinez, 2024).

### **I.3. Classificação das principais atividades agrícolas em Portugal**

O setor agrícola continua a desempenhar um papel fulcral na economia e na sociedade portuguesa.

**Viticultura-** Portugal é um dos maiores produtores de vinho do mundo, uma das mais emblemáticas atividades agrícolas de Portugal, com uma tradição que remonta a vários séculos. O país é mundialmente conhecido pela produção de vinhos de alta qualidade, com destaque para regiões como o Douro (famosa pelo vinho do Porto), o Alentejo, o Dão e a Bairrada. O vinho é um dos produtos agrícolas mais exportados de Portugal, contribuindo significativamente para a balança comercial do país. A diversidade das castas aliada a um clima propício e a métodos tradicionais de vinificação, permite a produção de uma vasta gama de vinhos. A inovação no setor tem sido notável, com produtores a adotarem práticas de viticultura sustentável e a apostar em novos mercados, como o turismo enológico, que atrai milhares de visitantes às regiões vinícolas do país (Ferreira, 2021).

**Olivicultura-** A olivicultura, ou o cultivo de oliveiras, é outra atividade agrícola de grande importância para Portugal, segundo o INE as principais regiões do país onde estão localizadas as maiores plantações de oliveiras são: o Alentejo com uma percentagem de produção de 52,4% e Trás-os Montes com cerca de 21,7%, encontrando-se a restante superfície dispersa entre as regiões do Algarve, Beira Litoral e Entre Douro e Minho.

A posição geográfica de Portugal na bacia do Mediterrâneo confere-lhe características excecionais para os olivais e produção de azeite, quer pela sua orografia, climatologia, dimensão das explorações e disponibilidade de água. Todos esses fatores têm feito de Portugal um país referencial no sector, sendo, atualmente, a nível mundial, um dos dez países com maior área destinada ao olival (Vilar, 2019). Este setor tem vindo a modernizar-se nos últimos anos, com a introdução de técnicas de produção mais eficientes e sustentáveis, como a plantação de olivais em regime intensivo que permitem aumentar a produtividade (Matos, 2018).

A olivicultura é também uma atividade de elevado valor cultural e ambiental, uma vez que as oliveiras são uma parte integrante da paisagem rural portuguesa, contribuindo para a preservação da biodiversidade e do solo. O setor continua a crescer, com um aumento nas exportações de azeite para mercados como o Brasil, os Estados Unidos e a China.

**Horticultura-** A horticultura é uma das áreas mais dinâmicas da agricultura portuguesa, especialmente devido à crescente procura interna e externa por frutas e legumes. Portugal destaca-se na produção de frutos vermelhos, como mirtilos, framboesas, amoras e morangos, que têm visto uma forte procura nos mercados internacionais, especialmente na Europa e América do Norte. Este setor tem beneficiado de investimentos em tecnologia e inovação, como a agricultura de precisão e estufas de última geração, permitindo um aumento na produtividade e na qualidade dos produtos. Além disso, a produção de legumes, como o tomate, a alface e a cenoura, também tem um papel de relevo, sendo exportados principalmente para mercados europeus. Este setor tem contribuído para a criação de emprego, especialmente em áreas rurais, e para a diversificação da produção agrícola do país, (Silva, 2020).

**Cerealicultura-** A cerealicultura, que abrange o cultivo de cereais como o trigo, o milho e a cevada, é uma das atividades mais antigas e tradicionais da agricultura em Portugal. Estes cereais são essenciais tanto para o consumo humano, como para a alimentação animal, sendo a sua produção fundamental para a indústria agroalimentar. O trigo, embora não seja produzido em grande escala como em outros países europeus, ainda é uma cultura relevante, especialmente em regiões como o Alentejo. O milho é

particularmente importante no norte do país, onde é utilizado tanto para consumo humano como para a produção de rações animais. A cevada, por outro lado, é frequentemente utilizada na produção de cerveja e alimentos processados. O setor enfrenta desafios relacionados com a variabilidade climática e a competitividade internacional, mas continua a ser crucial para a segurança alimentar do país (Pereira, 2019).

Ao falar da agricultura em Portugal implica também incluir o gado uma vez que a criação do mesmo é uma parte de grande relevância na agricultura em Portugal, sendo os bovinos, suínos e ovinos os animais mais criados. Assim, é de conhecimento geral que Portugal se destaca pelos seus produtores de carne de alta qualidade, como o porco preto alentejano e a carne de vaca arouquesa.

#### **I.4. Competitividade no setor agrícola em Portugal**

A agricultura em Portugal enfrenta uma série de desafios que afetam a sua competitividade, tanto no contexto nacional como internacional. Estes desafios resultam de um conjunto de fatores, que vão desde as condições climáticas até à evolução do mercado global e às exigências de sustentabilidade (Barrona, 2023). No entanto, destacam-se os principais fatores que influenciam diretamente a competitividade nacional face aos outros mercados internacionais:

**Pequena dimensão das explorações agrícolas-** O Instituto Nacional de Estatística (INE), ressalta que, Grande parte das explorações agrícolas em Portugal são de pequena dimensão, o que dificulta a sua competitividade face a outros países europeus, onde as explorações são, em média, muito maiores. Esta fragmentação limita a capacidade dos agricultores de beneficiarem de economias de escala, reduzir custos e aumentar a produtividade. Para superar este desafio, é necessário fomentar a cooperação entre produtores, nomeadamente através de associações e cooperativas agrícolas, permitindo a partilha de recursos e o acesso a mercados internacionais (INE, 2021).

**Acesso a mão de obra-** A agricultura em Portugal enfrenta dificuldades no acesso a mão de obra qualificada e suficiente, especialmente em regiões mais isoladas. A falta de trabalhadores agrícolas, em parte devido à desertificação rural e à migração para as cidades, tem levado ao aumento dos custos de produção e à necessidade de recorrer a mão

de obra estrangeira. Esta situação exige a implementação de políticas que incentivem os jovens a investir na agricultura e que promovam a formação técnica especializada no setor (Cunha, 2021).

**Inovação e tecnologia-** Embora Portugal tenha feito progressos na adoção de tecnologias como a agricultura de precisão, muitos agricultores, especialmente os pequenos produtores, ainda não têm acesso fácil a estas inovações. A transição digital e a modernização do setor agrícola são fundamentais para aumentar a eficiência e a sustentabilidade, mas o custo elevado das novas tecnologias pode ser uma barreira. O acesso ao financiamento e à formação são, portanto, cruciais para que os agricultores possam adotar ferramentas digitais, como sensores, drones e sistemas de gestão de culturas.

A competitividade no mercado internacional é um desafio contínuo. Os agricultores portugueses enfrentam a concorrência de países com custos de produção mais baixos (Martins, 2020). Apesar destes desafios, o setor agrícola português tem demonstrado uma grande resiliência e capacidade de adaptação. O país tem vindo a ganhar competitividade em áreas como a produção de vinhos, azeite, frutos vermelhos e produtos biológicos.

A aposta em tecnologias inovadoras, a crescente valorização dos produtos com certificações de qualidade e a diversificação dos mercados de exportação são estratégias-chave para melhorar a posição competitiva de Portugal no mercado global.

Além disso, os apoios da União Europeia, como a Política Agrícola Comum (PAC), têm sido fundamentais para o desenvolvimento de infraestruturas, inovação e práticas agrícolas sustentáveis. Estes fundos europeus, juntamente com incentivos fiscais e programas de formação, podem continuar a ser um motor de crescimento para a agricultura em Portugal, permitindo que o setor se mantenha competitivo face aos desafios futuros.

## **I.5. NCRF 17-Agricultura**

O lançamento da IAS 41 pelo IASB alterou a problemática da contabilidade agrícola de uma questão nacional, tratada pelos países individualmente, para uma questão global e internacional. Esta Norma trouxe várias novidades para as práticas contabilísticas na atividade agrícola que até então eram quase inexistentes, entre as quais a mais evidente e referida em toda a literatura, é a introdução do conceito de justo valor para a mensuração dos ativos biológicos. Este critério de mensuração tem provocado vários tipos de reações, quer por parte de investigadores académicos, quer por parte de contabilistas e profissionais, conduzindo assim a uma discussão acesa em toda a literatura (Pascoal, 2017).

A NCRF 17 tem por base a IAS 41, e tem como objetivo” prescrever o tratamento contabilístico e a apresentação de demonstrações financeiras relativas à atividade agrícola” (NCRF 17, 2015, §1).

De acordo com a norma anteriormente descrita (§6), a atividade agrícola corresponde à gestão, por parte de uma entidade, da transformação biológica e da colheita de ativos biológicos para venda ou para conversão em produtos agrícolas ou em ativos biológicos adicionais. Esta definição abrange uma variedade de atividades, tais como a criação de gado, a silvicultura, o cultivo de pomares e plantações, a aquacultura (incluindo a criação de peixes) e a floricultura (Ribeiro, 2022).

A NCRF 17 (§2) aplica-se na contabilização dos itens seguintes, quando se relacionem com a atividade agrícola:

- a) Ativos biológicos (consumíveis e de produção);
- b) Produto agrícola no ponto da colheita; e
- c) Subsídios de entidades públicas relacionados com ativos biológicos, conforme parágrafos 34 e 35 da norma.

Esta norma é aplicada também ao produto agrícola, que é o produto colhido dos ativos biológicos da entidade, somente no momento da colheita (entendendo-se colheita como a separação de um produto de um ativo biológico ou a cessação dos processos de

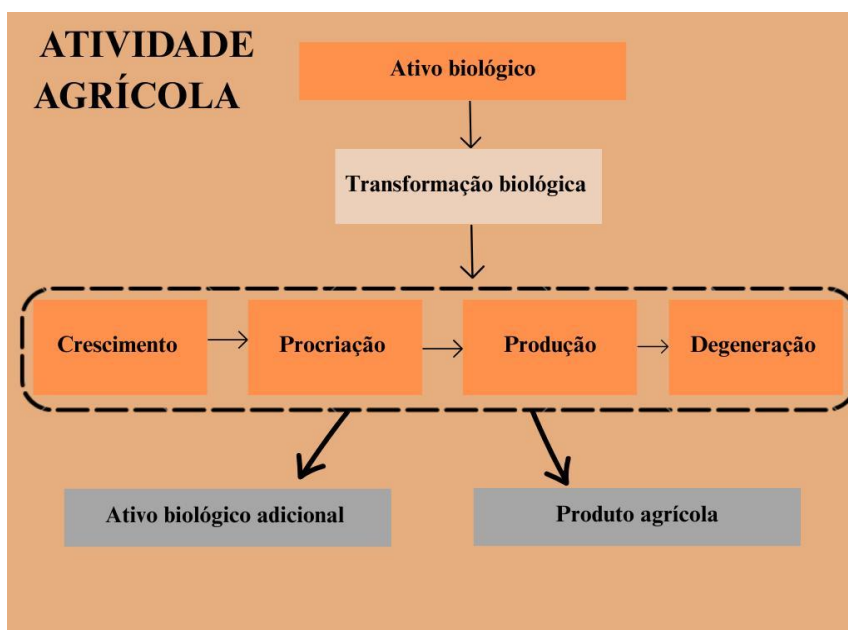
vida de um ativo biológico). Após isso (logo após a colheita), de acordo com o parágrafo 4, é aplicada a NCRF 18 - Inventários, ou uma outra norma (Ribeiro, 2022).

Atualmente, a NCRF 17 de 2015, que substitui a NCRF 17 de 2009 é aplicada desde janeiro de 2016, não inclui requisitos de divulgação da informação, o que se considera um retrocesso e diminui a utilidade da informação (Pascoal, 2017).

**Conceito de ativos biológicos-** Segundo a estrutura conceptual, no parágrafo 52 a 58 do SNC, um ativo é definido como um recurso controlado por uma entidade como resultado de acontecimentos passados, e do qual se espera que fluam benefícios económicos futuros para a entidade.

Um ativo biológico, é um animal vivo ou uma planta que está envolvido num processo de transformação biológica. Esta transformação biológica pode ser entendida como a capacidade do ativo de crescer (aumento quantitativo no número ou tamanho dos ativos biológicos), degenerar (diminuição da qualidade ou quantidade dos ativos biológicos), procriação (que causem alterações qualitativas e num ativo biológico) e a produção de outros ativos biológicos ou ser submetido a processos que alterem a sua condição. A NCRF 17 (§6), define ativo biológico como “um animal ou planta vivos”.

Figura 1 Transformação biológica de acordo com a NCRF 17



Fonte: Elaboração própria

São exemplos de ativos biológicos: Carneiros, árvores numa plantação de plantas, Gado produtor de leite, arbustos, vinhas, árvores de fruto etc.

Os ativos biológicos, são ainda subdivididos em consumíveis e de produção segundo a NCRF 17 (§37). Vejamos infra a distinção e exemplos desses mesmo ativos.

### **I.5.1. Ativos biológicos consumíveis**

Os ativos biológicos consumíveis são aqueles que estão destinados à colheita ou abate para serem convertidos em produtos agrícolas, alimentos ou outros produtos de consumo. Estes ativos são geralmente cultivados ou criados com o objetivo de serem vendidos como produtos finais. NCRF 17 (§40).

### **I.5.2. Ativos biológicos de produção**

Os ativos biológicos de produção (animais ou plantas vivas) são aqueles que são utilizados continuamente ou repetidamente em processos de produção agrícola durante mais de um período contabilístico. Estes ativos não são destinados à venda imediata, mas sim ao suporte de atividades agrícolas contínuas, tendo como característica serem auto regenerativos, NCRF 17 (§40).

Tabela 1 Ativos biológicos consumíveis vs de produção

<b>Ativos biológicos</b>	
<b>Consumíveis</b>	<b>De produção</b>
Gado destinado ao abate	Vacas leiteiras
Árvores destinadas a obtenção de madeira ou papel	Árvores de frutos
Colheita de cereais, frutas e vegetais	Plantas de chá, café e outras culturas perenes
Peixes em Aquacultura	vinhas

Fonte: Elaboração própria

### **I.6. Reconhecimento e mensuração dos ativos biológicos**

Quanto ao reconhecimento, a NCRF 17 (§11) dispõe que: uma entidade deve reconhecer um ativo biológico quando e somente quando:

- a) A entidade controle o ativo como consequência de acontecimentos passados;
- b) Seja provável que benefícios económicos associados ao ativo fluirão para a entidade; e

c) O justo valor ou custo do ativo possa ser fiavelmente mensurado.

De acordo com a NCRF 17 (§12): na atividade agrícola, o controlo pode ser evidenciado, por exemplo, pela posse legal do gado e pela marcação a quente ou de outro modo, quando da aquisição, nascimento ou desmame. Os benefícios económicos futuros são normalmente estimados pela mensuração dos atributos físicos significativos.

### **Mensuração Inicial**

A NCRF 17 (§13) determina que um “ativo biológico deve ser mensurado inicialmente e em cada data do balanço, pelo seu justo valor menos os custos de alienação, exceto no caso descrito no parágrafo 30 em que o justo valor não pode ser fiavelmente mensurado”. Sendo que, para o efeito, a norma (§9) define o **conceito de justo valor** que introduz para a mensuração dos ativos biológicos: “quantia pela qual um ativo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre elas”. Acrescenta (§10), ainda, que o “justo valor de um ativo é baseado na sua localização e condição presente e que justo valor do gado numa fazenda é o preço do gado no mercado relevante menos o custo de transporte e outros, para levar o gado para o mercado”.

Como referido anteriormente, a atividades agrícola por ser dependente de fatores como: condições climáticas, o risco de infeção de animais e plantas por pragas e doenças, a utilização do justo valor para mensurar os ativos biológicos, conforme a NCRF 17, oferece algumas vantagens significativas, na medida em que , proporciona uma avaliação mais precisa e relevante, apresentando as condições de mercado atuais e refletindo fielmente o valor dos ativos, o que leva, a que, haja a comparabilidade das demonstrações financeiras, facilitando a compreensão do desempenho e do valor dos ativos biológicos por parte dos *Stakeholders* (Orbán, 2015).

No entanto, também existes desafios associados a mensuração pelo justo valor, pois determinar o justo valor pode ser complexo e caro, especialmente para ativos sem um mercado ativo, exigindo técnicas de avaliação sofisticadas e especialistas, o que aumenta os custos administrativos e a subjetividade nas estimativas do justo valor pode

levar a inconsistências e possíveis manipulações, afetando a precisão das demonstrações financeiras e conseqüentemente as decisões de gestão.

Segundo a (NCRF 17, §9), trata-se de um **mercado ativo**, em caso de se verificar as condições seguintes:

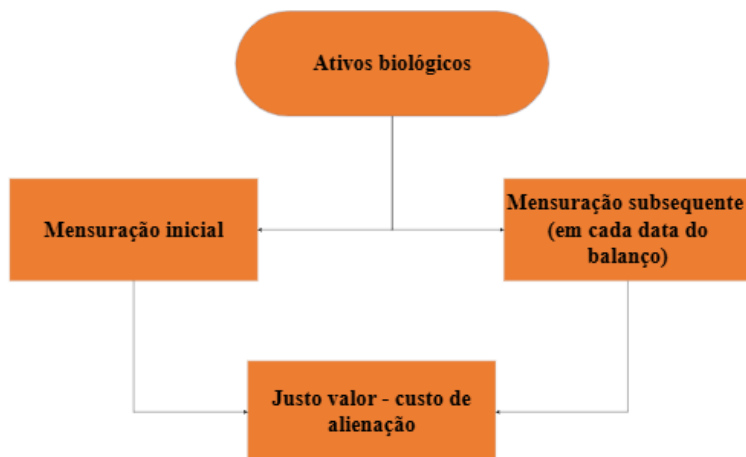
- a) Os itens negociados no mercado são homogéneos;
- b) Podem ser encontrados em qualquer momento compradores e vendedores dispostos a comprar e a vender, e;
- c) Os preços estão disponíveis ao público.

Quando este existe, a determinação do justo valor permite maior relevância, fiabilidade, comparabilidade e compreensibilidade da informação financeira. Para a obtenção do justo valor dos ativos biológicos os agricultores podem recorrer ao Sistema de Informação de Mercados Agrícolas (SIMA) e podem, também, recorrer aos preços de transações recentes para ativos relativamente aos quais não existe mercado ativo e, ainda, a *benchmarks* (Pascoal, 2017).

No entanto, a norma prevê que no caso de não ser possível determinar facilmente os preços ou os valores de mercado por não estarem disponíveis na condição atual do ativo biológico, a entidade deve utilizar para a determinação do justo valor, “o valor presente dos fluxos de caixa líquidos de um ativo, descontados a uma taxa pré-imposto determinada no mercado corrente” (NCRF 17, §§20-21).

Na impossibilidade de determinar o justo valor do ativo biológico, o mesmo deve ser mensurado pelo custo, menos qualquer depreciação acumulada e qualquer perda por imparidade acumulada (NCRF 17, §30). A norma refere, ainda, que, caso o justo valor desses ativos biológicos venha a ser mensurável com fiabilidade, a entidade deve passar a “mensurá-lo ao seu justo valor, menos os custos de alienação”. Se surgir um ganho (por exemplo, o nascimento de um bezerro) ou uma perda no reconhecimento inicial do ativo biológico pelo justo valor menos os custos de alienação tal ganho ou tal perda deve ser incluído no resultado líquido do período em que surja (NCRF §§26-29).

Tabela 2 Regra geral na mensuração dos Ativos Biológicos



Fonte: Elaboração Própria

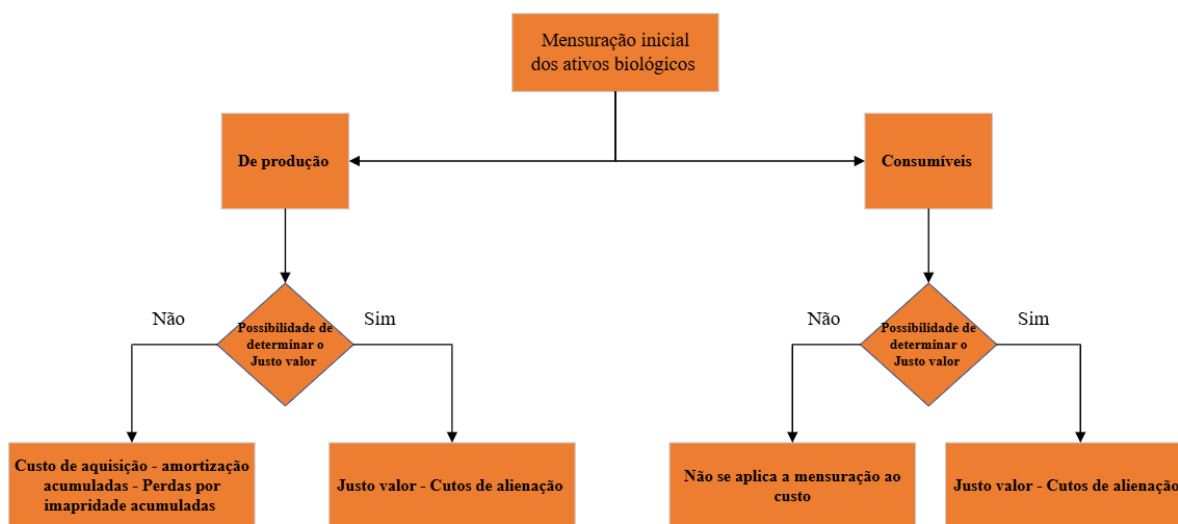
Um **ativo biológico de produção** deve ser mensurado, no reconhecimento inicial e em cada data de balanço, pelo seu justo valor menos os custos de alienação, exceto no caso descrito no parágrafo 30 em que o justo valor não pode ser fiavelmente mensurado (NCRF 17, §13). Assim, no caso de não ser possível estimar fiavelmente o justo valor (quando o valor de mercado não possa ser determinável e as outras alternativas de determinação do justo valor também não sejam fiáveis), então nesse caso, o ativo biológico de produção deverá ser mensurado pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e qualquer perda por imparidade acumulada (NCRF 17, §30).

De acordo com o parágrafo 33, ao determinar o custo, depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas, uma entidade toma em consideração a **NCRF 18 - Inventários**, a **NCRF 7 - Ativos fixos tangíveis** e a **NCRF 12 - Imparidade de ativos**.

A presunção do parágrafo 30 (de que o justo valor pode ser mensurado com fiabilidade para um ativo biológico) somente pode ser refutada no reconhecimento inicial. Uma entidade que tenha mensurado previamente um ativo biológico pelo seu justo valor líquido de custos de alienação deve continuar a mensurá-lo dessa forma até que ocorra a sua alienação (Ribeiro, 2022).

Já os Ativos **biológicos consumíveis** devem ser inicialmente mensurados em cada data de balanço, pelo seu justo valor menos os custos de alienação, não é aplicável aos ativos biológicos consumíveis a mensuração ao custo prevista no parágrafo 30 da NCRF 17 atendendo que esta possibilidade só é aplicável aos ativos biológicos de produção.

Tabela 3 Mensuração dos ativos biológicos de produção vs consumíveis



Fonte: Elaboração própria

## I.7. Método do Custo versus Método do Justo Valor: Uma Comparação na Contabilização de Ativos Biológicos

A contabilização dos ativos biológicos, particularmente no setor agrícola, envolve a escolha entre dois métodos principais de mensuração segundo a NCRF 17: o **método do custo** e o **método de justo valor**, previamente explicados na secção teórica. É fundamental analisar as **vantagens** e **desvantagens** de cada modelo, com base em três estudos realizados por diferentes autores, de forma a determinar qual deles se adequa melhor a diferentes contextos e tipos de empresas, tendo em conta as especificidades do setor e as condições do mercado.

**Primeiro estudo** - O estudo de Azevedo (2007), realizado com uma amostra de 255 empresas, analisou a influência da dimensão de uma empresa na escolha do método para mensurar os seus ativos biológicos. Segundo o estudo, o justo valor apresenta vantagens sobre o modelo de custo histórico, como maior relevância, fiabilidade,

comparabilidade e compreensibilidade. O justo valor é mais eficaz na estimativa dos benefícios económicos futuros dos ativos biológicos, especialmente quando esses ativos são transacionados em mercados ativos com preços observáveis. Isso facilita a comparação entre ativos semelhantes e melhora a compreensão do desempenho financeiro da empresa. Por outro lado, o modelo de custo histórico apresenta menor fiabilidade devido às dificuldades na alocação de custos e pode ser menos relevante para avaliar os ativos geradores de rendimentos da empresa.

A aplicação do justo valor tem implicações na demonstração de resultados, uma vez que a variação de valor resultante da transformação biológica é registada como rendimento ou gasto, afetando o desempenho financeiro da entidade. (Kontevoy, 2015)

**Segundo estudo** - O estudo de Gonçalves (2015), baseado em práticas de mensuração de 324 empresas, concluiu que fatores relacionados com o ambiente da empresa e do país podem explicar o uso da cláusula de não confiabilidade do justo valor na mensuração dos ativos biológicos. Os determinantes ao nível da empresa, como a quantidade de ativos, a dimensão, a experiência regulatória, o potencial de crescimento, a alavancagem e o setor, têm um impacto significativo na probabilidade de utilização do justo valor. Além disso, o estudo confirmou que empresas de países mais desenvolvidos têm maior probabilidade de utilizar o modelo de justo valor. No entanto, a cláusula de não fiabilidade está mais relacionada com determinantes nacionais (como a origem legal e a qualidade institucional) do que com fatores empresariais. O estudo também salientou que essa cláusula pode limitar a comparabilidade das demonstrações financeiras entre empresas e países, afetando a utilidade da informação financeira para a tomada de decisões. Por fim, o estudo sublinhou a importância do conhecimento regulatório e do setor para uma aplicação mais eficaz do justo valor.

Assim, empresas que pertencem a países mais desenvolvidos, de acordo com os indicadores de governança, são mais propensas a utilizar o modelo de mensuração do justo valor, evitando o uso da cláusula de falta de confiabilidade.

**Terceiro estudo** - Já o estudo de Argilés (2011), os autores analisaram os métodos de mensuração para avaliar os fluxos de caixa futuros dos ativos biológicos, concluindo que não existem diferenças significativas entre o justo valor e o custo

histórico. No entanto, a maioria dos testes indicou que o justo valor apresenta maior poder preditivo dos lucros futuros, sem que isso seja explicado por diferenças na volatilidade dos lucros. O estudo também destacou a existência de práticas contabilísticas incorretas ao utilizar o custo histórico para ativos biológicos na agricultura, o que limita a informação útil desse método, especialmente em pequenas unidades de negócios no setor agrícola de países desenvolvidos. Os autores alertam para a dificuldade de calcular custos precisos ao utilizar o justo valor, o que pode levar as empresas a recorrer à cláusula de não fiabilidade, permitindo o uso do custo histórico em vez do justo valor, conforme previsto na IAS 41.

Com base nos três estudos analisados, é possível concluir que a escolha entre o modelo de custo e o modelo de justo valor depende de diversos fatores, incluindo o contexto da empresa e as condições de mercado. O primeiro estudo sugere que o justo valor oferece maior fiabilidade e comparabilidade, sendo especialmente relevante para ativos biológicos transacionados em mercados ativos. No entanto, o segundo estudo destaca que a cláusula de não fiabilidade pode ser uma solução para empresas de países menos desenvolvidos ou com menor experiência regulatória, o que limita a aplicação do justo valor. Já o terceiro estudo, sugere que, embora o justo valor apresente maior poder preditivo dos lucros futuros, a prática do custo histórico ainda é comum em pequenas empresas do setor agrícola, devido à dificuldade em calcular com precisão os custos ao justo valor. Em suma, enquanto o justo valor pode ser mais adequado para garantir transparência e comparabilidade, a escolha do modelo depende da dimensão da empresa, experiência regulatória e mercado de atuação, sendo que o custo histórico pode ser uma alternativa viável em contextos específicos.

Em Portugal, a maior parte das empresas utiliza o modelo de custo para a mensuração dos seus ativos biológicos, especialmente nas pequenas e médias empresas do setor agrícola. Isto deve-se, em grande parte, à simplicidade e à familiaridade com este método, bem como à dificuldade em determinar com precisão o justo valor dos ativos biológicos, principalmente em mercados menos líquidos ou em situações de incerteza económica. Contudo, empresas de maior dimensão, com mais experiência e que operam em mercados mais desenvolvidos, podem optar pelo justo valor, uma vez que ele

proporciona uma avaliação mais precisa e comparável dos ativos, refletindo melhor as flutuações do mercado e os benefícios económicos futuros.

### I.8. A contabilização das principais operações relacionadas com ativos biológicos no regime geral do SNC

A contabilização dos ativos biológicos no regime geral SNC é regulada pela NCRF 17, que estabelece os princípios e procedimentos para o reconhecimento e mensuração desses ativos, como vinhas, árvores frutíferas ou gado.

Os ativos biológicos consumíveis, que são colhidos ou consumidos a curto prazo, são reconhecidos no **ativo corrente**, uma vez que a sua transformação em produto agrícola ou o seu consumo ocorre dentro do ciclo operacional da empresa, normalmente dentro de um ano. Por outro lado, os ativos biológicos de produção, como as vinhas ou as árvores frutíferas, que são cultivados com o objetivo de gerar produtos ao longo de um período mais longo, são reconhecidos no **ativo não corrente** (NCRF 17 §14). Estes ativos têm uma vida útil prolongada e contribuem para a geração de rendimentos ao longo de vários anos, sendo, por isso, classificados no **ativo não corrente**, refletindo o seu uso a longo prazo na operação da empresa.

Tabela 4 Reconhecimento de um ativo biológico

	RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
			31 XXX N	31 XXX N-1
<b>37 Activos biológicos</b>	<b>ACTIVO</b>			
371 Consumíveis	<b>Activo não corrente</b> Activos biológicos			
3711 Animais				
3712 Plantas				
372 De produção	<b>Activo corrente</b> Inventários Activos biológicos			
3721 Animais				
3722 Plantas				

Fonte: Pascoal (2017)

Vejamos, de seguida, outras operações associadas às respetivas movimentações das contas dos ativos biológicos:

*Contabilização dos ativos biológicos no setor agrícola*

Tabela 5 Contabilização da compra de ativos biológicos

Mensuração		Conta a debitar	Conta a creditar
<b>De produção</b>			
Ao custo de aquisição – se o custo de aquisição corresponder ao justo valor no momento da compra		372 Ativos biológicos de produção	22 Fornecedores de contas gerais
Se o custo de aquisição não corresponder ao justo valor no momento da compra	Ajustamento pela diferença positiva (ganho)	372 Ativos biológicos de produção	774 - Ganho por aumento de justo valor
	Ajustamento pela diferença negativa (perda)	664 - Perdas por redução de justo valor	372 Ativos biológicos de produção
<b>Consumíveis</b>			
Ao custo de aquisição		313 - Compra de ativos biológicos	22 Fornecedores de contas gerais
Pelo custo das compras		613 - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas de ativos biológicos	313 - Compra de ativos biológicos
Ao justo valor		371 – Ativos biológicos consumíveis	774 – Ganhos por aumentos de justo valor
Ajustamento em cada data do balanço para o justo valor, pela diferença positiva (ganho)		371 Ativos biológicos consumíveis	774 - Ganho por aumento de justo valor
Ajustamento em cada data do balanço para o justo valor, pela diferença negativa (perda)		664 - Perdas por redução do justo valor	371 - Ativos biológicos consumíveis

Fonte: Pascoal (2017)

Tabela 6 Contabilização da venda de ativos biológicos vivos

Mensuração		Conta a debitar	Conta a creditar
<b>De produção</b>			
Desreconhecimento de ativo biológico de produção	7871 - Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros por alienação de ativos biológicos de produção	372 Ativos biológicos de produção	
Valor da venda	21 - Clientes	7871 - Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros por alienação de ativos biológicos de produção	
<b>Consumíveis</b>			
Valor da venda	21 – Clientes	71 - Vendas	
Pelo custo da venda	664 - Perdas por redução do justo valor de ativos biológicos	371 - Ativos biológicos consumíveis	

Fonte: Pascoal (2017)

*Contabilização dos ativos biológicos no setor agrícola*

Tabela 7 Contabilização de ativos biológicos nascidos na exploração

Mensuração	Conta a debitar	Conta a creditar
<b>De produção</b>		
Ao justo valor	372 Ativos biológicos de produção	774 - Ganho por aumento de justo valor
<b>Consumíveis</b>		
Ao justo valor	371 Ativos biológicos consumíveis	774 - Ganho por aumento de justo valor

**Fonte:** Pascoal (2017)

Tabela 8 Contabilização de abate de ativos biológicos

Mensuração	Conta a debitar	Conta a creditar
<b>De produção</b>		
Pelo desreconhecimento do ativo biológico de produção por abate	6874 - Gastos e perdas em investimentos não financeiros por abate de ativos biológicos	372 Ativos biológicos de produção
<b>Consumíveis</b>		
Pelo justo valor	664 - Perdas por redução do justo valor de ativos biológicos	371 - Ativos biológicos consumíveis

**Fonte:** Pascoal (2017)

## II. Metodologia de investigação

Com o objetivo de analisar a contabilização das alterações nos ativos biológicos, com especial ênfase nas variações que podem ocorrer ao longo do tempo e que impactam o seu valor contabilístico, foi desenvolvido um estudo com base numa abordagem qualitativa<sup>1</sup>, nomeadamente através de pesquisa bibliográfica e de um estudo de caso realizado numa empresa do setor vitivinícola, a Quinta da Almiara, especializada na produção de vinhos a partir do cultivo de vinhas, que constituem os seus ativos biológicos. Através desta análise, pretende-se compreender de que forma as empresas lidam com as flutuações nos valores dos seus ativos ao longo do tempo e como essas variações são refletidas contabilisticamente.

### II.1. Pesquisa Bibliográfica

A primeira fase da investigação consistiu numa extensa pesquisa bibliográfica, com o objetivo de enquadrar o tema da contabilização dos ativos biológicos e compreender como as alterações nos seus valores são tratadas na contabilidade. Para tal, foram consultados livros, artigos científicos e publicações especializadas nas áreas da contabilidade financeira, da agricultura e da gestão de ativos biológicos, com especial destaque para as normas internacionais, nomeadamente a IAS 41 - Agricultura e a NCRF 17, que regem a contabilização dos ativos biológicos em Portugal.

A pesquisa permitiu explorar o tratamento contabilístico das flutuações nos valores dos ativos biológicos, bem como compreender os fatores que impactam diretamente essas flutuações.

### II.2. Estudo de Caso - Quinta da Almiara

Na segunda fase da investigação, foi realizado um **estudo de caso** na empresa **Quinta da Almiara**, do setor vitivinícola português. A escolha desta empresa deve-se ao facto de ser uma organização que utiliza vinhas como ativos biológicos para a produção

---

<sup>1</sup>A **metodologia qualitativa** foca-se na compreensão aprofundada de fenómenos através da análise de perceções, significados e contextos, utilizando técnicas como entrevistas e observação. (Évora, 2022)

de vinhos, o que proporciona uma compreensão prática da contabilização dos ativos biológicos e das alterações que podem ocorrer no seu valor ao longo do tempo.

O estudo de caso foi desenvolvido através da realização de entrevistas com a contabilista da empresa e outros funcionários ligados à área do cultivo e plantação das castas. O objetivo destas entrevistas foi compreender de que forma a empresa lida com as flutuações no valor dos seus ativos biológicos, nomeadamente as vinhas, e de que maneira essas variações são refletidas nas suas demonstrações financeiras.

Foi possível conhecer e explorar, ainda que brevemente, o software de contabilidade utilizado pela empresa para a simulação do cálculo do valor dos seus ativos biológicos. Os dados e documentos analisados serviram de base para uma avaliação mais aprofundada no estudo de caso da presente dissertação, permitindo uma compreensão detalhada dos critérios e métodos utilizados na determinação do valor desses ativos.

### III. Resultados

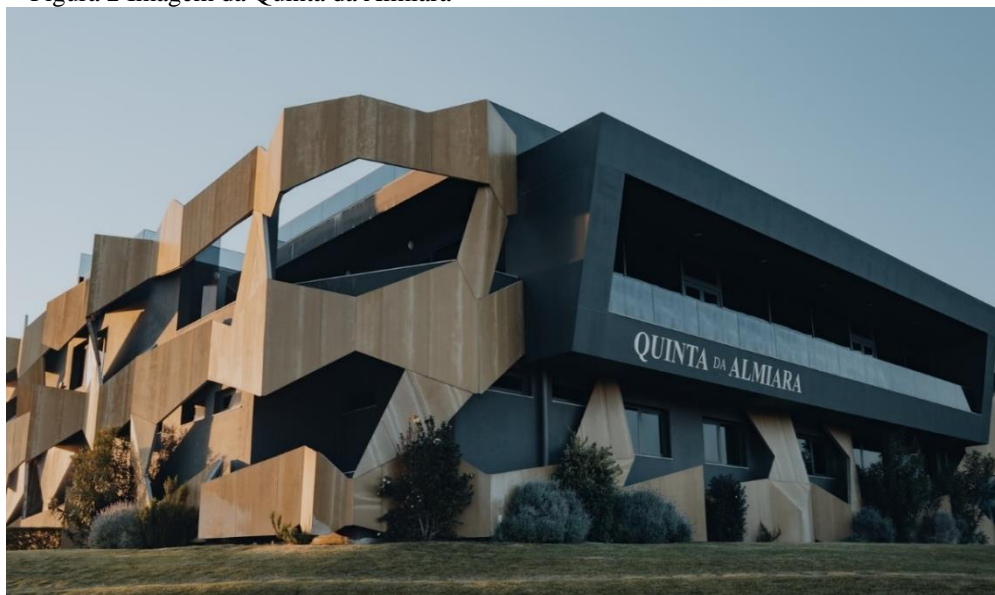
O objetivo deste capítulo, consiste em analisar a aplicação dos conceitos teóricos relacionados com a contabilização dos ativos biológicos no setor agrícola, através de um estudo de caso de uma empresa de produção de vinho. Esta análise visa compreender como as empresas vitivinícolas em Portugal gerem e contabilizam os seus ativos biológicos, nomeadamente as vinhas, e qual o impacto da aplicação NCRF 17, na contabilização desses ativos.

#### III.1. Apresentação da empresa

A Quinta da Almiara, situada na freguesia de S. Mamede da Ventosa, Torres Vedras, é uma tradicional vinícola fundada em 1980 por José Constantino e se destaca pela produção de vinhos de alta qualidade na região vitivinícola de Lisboa (Quinta da Almiara, 2024). Com uma localização de grande beleza paisagística e forte influência atlântica, devido à proximidade com o oceano, esta empresa familiar produz vinhos tintos, brancos e rosés, utilizando exclusivamente uvas produzidas em seus 200 hectares de vinhedos. A adega da propriedade foi recentemente renovada e equipada com tecnologia de ponta, podendo armazenar até 5 milhões de litros em tanques de inox.

A entidade cultiva castas tradicionais portuguesas como Aragonez, Castelão, e Touriga nacional além de algumas outras internacionais. Atualmente, a vinícola é uma das principais referências da região de Lisboa, combinando tradição e inovação, com uma gestão rigorosa de seus recursos agrícolas. Os seus vinhos são comercializados tanto em Portugal quanto em mercados internacionais, solidificando a reputação da Quinta da Almiara no setor vitivinícola.

Figura 2 Imagem da Quinta da Almiara



Fonte: Quinta da Almiara (2024)

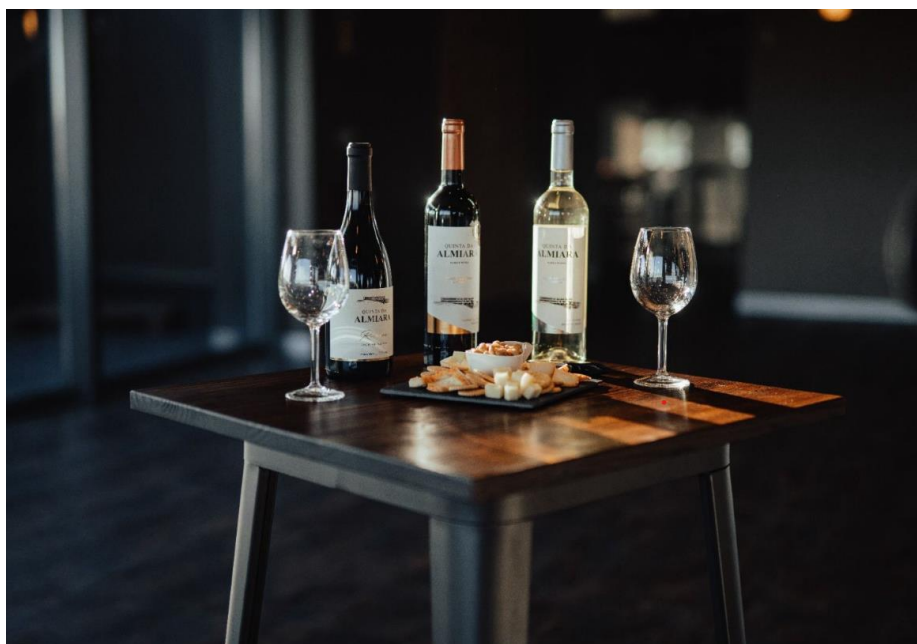
O projeto da Quinta se estende também a realização de eventos, dispondo de uma sala com capacidade até 200 convidados, que poderão desfrutar de um espaço amplo e convidativo por excelência. Além de possuir um magnífico espaço interior, com uma vista privilegiada sobre as vinhas, a Quinta da Almiara destaca-se pelo seu terraço, um espaço perfeito com vista 360° da zona envolvente.

### III.2. Missão e Visão

A **missão** da Quinta da Almiara é produzir vinhos de excelência, respeitando a tradição vinícola da região Oeste e promovendo práticas agrícolas sustentáveis que preservem o meio ambiente para as futuras gerações. Com um forte compromisso com a inovação e a qualidade, a empresa pretende valorizar a cultura vinícola portuguesa e contribuir para o desenvolvimento sustentável da região (Quinta da Almiara, 2024).

A **visão** da Quinta da Almiara é ser reconhecida como uma referência de qualidade e sustentabilidade no setor vinícola nacional e internacional, oferecendo produtos de elevada qualidade que reflitam o melhor da tradição vitivinícola portuguesa. A empresa visa consolidar-se como um exemplo de inovação e responsabilidade ambiental, sendo um modelo no setor para outras empresas vitivinícolas (Quinta da Almiara, 2024).

Figura 3 Imagem dos Vinhos Quinta da Almiara



Fonte: Quinta da Almiara (2024)

### **III.3. Compromisso com a Sustentabilidade e a Inovação**

A Quinta da Almiara assume um compromisso forte com a sustentabilidade, adotando práticas agrícolas que minimizam o impacto ambiental, maximizam a qualidade dos vinhos e promovem a biodiversidade local. Em simultâneo, a empresa investiu em novas instalações mais sofisticadas, com o objetivo de otimizar as suas práticas de cultivo e de vinificação. Este compromisso com a qualidade e a sustentabilidade é reconhecido nas certificações e prémios recebidos, posicionando a marca como uma referência no setor (Quinta da Almiara, 2024).

Figura 4 Imagem das nas instalações da entidade



Fonte: Quinta da Almiara (2024)

### III.4. Classificação e caracterização dos seus ativos biológicos

A quinta da Almiara, possui apenas **ativos biológicos de produção** que são as plantações de vinhas, classificadas como culturas agrícolas. Essas vinhas são geridas com o objetivo de produzir uvas para vinificação, sendo acompanhadas ao longo do seu ciclo biológico, desde o plantio até à colheita.

Figura 5 Imagem dos Ativos biológicos da empresa



Fonte: Quinta da Almiara (2024)

### III.5. Processo de cultivo das vinhas

Na Quinta da Almiara, o processo de cultivo das vinhas começa com a preparação cuidadosa do solo, de seguida, são feitas análises regulares nesses solos para garantir que este esteja adequado às necessidades das plantações. Com base nos resultados, aplicam os fertilizantes necessários, sempre com o objetivo de manter o solo saudável e equilibrado.

A preparação do terreno inclui também garantir um bom escoamento da água, um fator essencial para evitar problemas nas raízes das vinhas. Depois disso, procedem à plantação das vinhas, com o espaçamento adequado de acordo com as variedades de uva que a empresa cultiva. A irrigação é ajustada conforme as necessidades de cada planta, para garantir o seu crescimento adequado.

Figura 6 Imagem da Plantação das vinhas



Fonte: Quinta da Almiara (2024)

Durante o ciclo de crescimento das vinhas, é feito um acompanhamento de perto no desenvolvimento das plantas, realizando podas estratégicas para controlar a quantidade de uvas e assegurar que as vinhas cresçam de forma saudável e produtiva.

Figura 7 Imagem das uvas da Quinta da Almiara



Fonte: Quinta da Almiara (2024)

### **III.6. Políticas contabilísticas**

A Quinta da Almiara, utiliza o modelo de custo para mensurar os seus ativos biológicos, pois segundo a mesma, é extremamente difícil e complexo valorizar as vinhas ao justo valor conforme está descrito na NCRF 17 parágrafo 30. Segundo a empresa, as vinhas variam muito de uma região para outra, uma propriedade de 200 hectares de vinhedos, é possível que haja uma grande diversidade de solos, por outro lado as castas, as condições climáticas e o momento em que são efetuados os tratamentos, entre outros fatores, que influenciam diretamente a valorização desses ativos dificulta a determinação do justo valor das vinhas de forma precisa e consistente.

Além disso, a empresa destaca que não existem preços de mercado que possam ser utilizados para mensurar as vinhas, nem alternativas adequadas que possam ser aplicadas para essa avaliação.

Deste modo, a empresa optou por adotar pelo modelo de custo, que reflete o valor dos ativos biológicos com base nos custos históricos incorridos na sua aquisição, plantação e manutenção. A empresa considera que este modelo é mais robusto e seguro, dado que a valorização das vinhas é uma tarefa complexa e difícil, especialmente devido às variáveis do mercado agrícola.

### **III.7. Ciclo de vida das vinhas e suas implicações para a contabilidade**

O ciclo de vida das vinhas tem uma grande influência na contabilidade, uma vez que este ciclo implica diferentes estágios de desenvolvimento, com gastos e rendimentos associados a cada fase.

Na Quinta da Almiara, o ciclo de vida das vinhas é composto por várias etapas que afetam diretamente a contabilização dos ativos biológicos. Desde o plantio até à colheita, as vinhas passam por períodos de crescimento, maturação e produção, com cada fase a gerar gastos específicos que devem ser devidamente registados.

No início, quando as vinhas são plantadas, os custos são predominantemente relacionados com a preparação do solo, aquisição de mudas, plantação e cuidados iniciais. Estes custos são contabilizados inicialmente como ativos biológicos de produção, conforme estipulado pela NCRF 17 (§30). Durante o período de crescimento das vinhas, que pode levar vários anos, os custos com a manutenção, como a irrigação, a poda e a fertilização, continuam a ser registados como ativos, uma vez que ainda não há produção de uvas e as plantas estão em fase de desenvolvimento.

Como a Quinta da Almiara optou por mensurar os seus ativos biológicos pelo custo, significa que todos os custos incorridos ao longo do ciclo de vida das vinhas são acumulados e registados até que as vinhas comecem a produzir uvas.

Este ciclo de vida das vinhas, com as suas implicações nas contas da empresa, exige um acompanhamento rigoroso e uma correta aplicação da NCRF 17. A escolha da Quinta da Almiara em mensurar os ativos pelo modelo do custo faz com esses custos de produção tenham um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras, influenciando tanto os resultados operacionais como o valor dos ativos biológicos ao longo do tempo.

### III.7.1. Determinação do custo das vinhas

A empresa explora cerca de 200 hectares de vinha, sendo 137 hectares propriedade da empresa e os 63 arrendados pelo seu acionista maioritário.

Figura 8 Imagem de uma parte dos hectares das vinhas



Fonte: Quinta da Almiara (2024)

Segue-se então uma ilustração de tabelas de extratos contabilísticos, fornecidos pela entidade relativos a compra de enxertos<sup>2</sup> bem como outros matérias necessárias para a plantação das vinhas:

Tabela 9 Compra de enxertos e custo da mão de obra

Data		Documento	Just.	Diário	No. Diário	Referência	Descrição	Débito	Crédito	Saldo
<p>QUINTA DA ALMIARA SOC. VITIVINÍCOLA, SA</p> <p style="text-align: center;"><b>Extratos Contabilísticos</b></p> <p style="text-align: center;">Normal</p> <p style="text-align: right;">Pág. 17 de 25</p> <p>Da Conta 37 à 3799999999 Status Efetivos N° Contribuinte 506797465 Da Data 01-01-2023 até 31-12-2023 QUINTA DA ALMIARA - SOC. VITIVINÍCOLA, SA</p>										
372212301	Vinhas 2023 - Tx R									
							Anterior	15 160,00		15 160,00 D
<b>Total do Período</b>								<b>15 160,00</b>		<b>15 160,00 D</b>
21-03-2023	CCF 23/115		CMP	30022	4/91	CCF 4/91		34 100,00		49 260,00 D
27-03-2023	NCF 23/8		CMP	30033	4/3	NCF 4/3			2 400,00	46 860,00 D
29-03-2023	CCF 23/140		CMP	30048	A2023/7	CCF A2023/7		5 202,00		52 062,00 D
<b>Total do Período</b>								<b>39 302,00</b>	<b>2 400,00</b>	<b>36 902,00 D</b>
<b>Total da Conta</b>								<b>54 462,00</b>	<b>2 400,00</b>	<b>52 062,00 D</b>

Fonte: Quinta da Almiara (2024)

<sup>2</sup> Partes de duas plantas distintas que são unidas para que cresçam juntas.

*Contabilização dos ativos biológicos no setor agrícola*

CCF 23/115-Compra de enxertos;

NCF 23/8-Devolução de enxertos;

CCF 23/140-Custo da plantação dos enxertos (mão de obra).

Tabela 10 Compra de equipamentos de suporte das vinhas

QUINTA DA ALMIARA SOC. VITIVINÍCOLA, SA		<b>Extratos Contabilísticos</b>				Pág. 18 de 25			
<b>Normal</b>									
Da Conta	37	à	3799999999	Status	Efetivos	Nº Contribuinte	506797465		
Da Data	01-01-2023	até	31-12-2023	QUINTA DA ALMIARA - SOC. VITIVINÍCOLA, SA					
Data	Documento	Just.	Diário	No. Diário	Referência	Descrição	Débito	Crédito	Saldo
<b>372212302 Vinhas 2023 - Tx 1</b>									
06-03-2023	CCF 23/103		CMP	30010	185050	CCF 185050	9 900,00		9 900,00 D
30-03-2023	CCF 23/148		CMP	30052	23/1029	CCF 23/1029	9 868,50		19 768,50 D
17-04-2023	CCF 23/189		CMP	40030	2023/878	CCF 2023/878	646,25		20 414,75 D
17-04-2023	CCF 23/247		CMP	40036	23/1238	CCF 23/1238	860,00		21 274,75 D
17-10-2023	CCF 23/462		CMP	100031	23/2980	CCF 23/2980	750,00		22 024,75 D
17-10-2023	NCF 23/27		CMP	100029	A3/110	NCF A3/110		878,44	21 146,31 D
<b>Total do Período</b>							<b>22 024,75</b>	<b>878,44</b>	<b>21 146,31 D</b>
<b>Total da Conta</b>							<b>22 024,75</b>	<b>878,44</b>	<b>21 146,31 D</b>

**Fonte:** Quinta da Almiara (2024)

CCF 23/103-Compra de postes metálicos;

CCF 23/148- Compra de postes metálicos;

CCF 23/189- Compra de tubo protetor;

CCF 23/247- Compra de postes metálico;

CCF 23/462- Compra de postes metálico;

CCF 23/27- Nota de crédito correção erro no poste metálico.

*Contabilização dos ativos biológicos no setor agrícola*

Tabela 11 Mão de obra e compra de suporte para as vinhas

QUINTA DA ALMIARA SOC. VITIVINÍCOLA, SA		<b>Extratos Contabilísticos</b>						Pág. 19 de 25	
<b>Normal</b>									
Da Conta	37	à	3799999999	Status	Efetivos	Nº Contribuinte	506797465		
Da Data	01-01-2023	até	31-12-2023	QUINTA DA ALMIARA - SOC. VITIVINÍCOLA, SA					
Data	Documento	Just.	Diário	No. Diário	Referência	Descrição	Débito	Crédito	Saldo
372212303 Vinhas 2023 - Tx N									
						Anterior	8 320,00		8 320,00 D
<b>Total do Período</b>							<b>8 320,00</b>		<b>8 320,00 D</b>
17-04-2023	CCF 23/247		CMP	40036	23/1238	CCF 23/1238	9 566,00		17 886,00 D
26-04-2023	CCF 23/248		CMP	40037	23/1422	CCF 23/1422	5 994,00		23 880,00 D
26-04-2023	NCF 23/16		CMP	40038	23/1422	NCF 23/1422		4 230,00	19 650,00 D
12-05-2023	CCF 23/213		CMP	50022	2023/11	CCF 2023/11	1 900,00		21 550,00 D
17-10-2023	CCF 23/462		CMP	100031	23/2980	CCF 23/2980	10 536,00		32 086,00 D
17-10-2023	NCF 23/27		CMP	100029	A3/110	NCF A3/110	223,60	9 771,16	22 538,44 D
17-10-2023	NCF 23/28		CMP	100030	A3/111	NCF A3/111		1 764,00	20 774,44 D
<b>Total do Período</b>							<b>28 219,60</b>	<b>15 765,16</b>	<b>12 454,44 D</b>
<b>Total da Conta</b>							<b>36 539,60</b>	<b>15 765,16</b>	<b>20 774,44 D</b>

Fonte: Quinta da Almiara (2024)

CCF 23/247-Compra de poste extreme e tensor;

CCF 23/248- Compra de cabo 35 metros;

NCF 23/16- Nota de crédito, Devolução de poste extreme por defeito

CCF 23/213- Prestação de serviço (preparação do terreno);

CCF 23/462- Compra de arame, tensor e poste extreme;

NCF 23/27-Nota de crédito de correção;

NCF 23/28- Nota de crédito de correção.

Conforme foi referido anteriormente, A determinação do custo das vinhas, de acordo com a **NCRF 17**, envolve o reconhecimento dos custos associados à preparação do solo, aquisição de mudas, plantação e cuidados iniciais. Seguidamente será apresentada a tabela fornecida pela empresa que resume todos esses custos:

Tabela 12 Custos totais das vinhas

<b>Custos Vinha Out./Set.</b>	
Prod.Fitofarm.	31 382,35 €
Fertilizantes	307 131,60 €
Rendas Vinhas	9 150,00 €
Trab.Espec.	1 697,98 €
Vencimentos	159 093,65 €
Conserv. Vinhas	4 008,92 €
Conserv.Tratores	17 845,66 €
Gasóleo	33 103,90 €
Seguros	5 840,04 €
Deprec. Vinhas	65 466,66 €
Deprec. Eq. Bás	83 982,78 €
Uva comparada	12 381,60 €
<b>Total</b>	<b>731 085,14 €</b>

Fonte: Elaboração própria

Tabela 13 Quantidade Produzida

<b>VINDIMA CAMPANHA 2023</b>	
<b>Descrição</b>	<b>Kg</b>
Uva Tinta	3.112.240
Uva Branca	259.480
<b>Total Uva</b>	<b>3371720</b>

Fonte: Elaboração própria

Tabela 14 Custos das vinhas

<b>Custos das vinhas por kg</b>	
1-Custos totais	731 085,14 €
2-Quantidade produzida	3371720
<b>Custo/kg=1/2</b>	<b>0,22 €</b>

Fonte: Elaboração própria

As depreciações dos ativos biológicos de produção são calculadas segundo o método da linha reta (quotas constantes), atribuindo-se às vinhas um período de vida útil de 20 anos, para as plantações efetuadas até 2016 e um período de vida útil de 15 anos, para as plantações efetuadas a partir de 2017, Decreto-Lei n.º 158/2009.

Tabela 15 Depreciação anual das vinhas

Depreciação anual das vinhas	
1-Total das vinhas	93 982,75 €
2-Vida útil (anos)	15
<b>Total=1/2</b>	<b>6 265,52 €</b>

**Fonte:** Elaboração Própria

A opção pelo modelo de custo, por parte da empresa, proporciona uma maior estabilidade e previsibilidade nos registos contabilísticos, prevenindo flutuações significativas que poderiam ocorrer com a utilização do justo valor. Desta forma, a empresa garante uma gestão mais eficaz e realista dos ativos biológicos, assegurando a precisão e fiabilidade da informação financeira, o contribui para uma maior transparência nas demonstrações financeiras.

No decurso do período de 2023 e de 2022 os movimentos ocorridos na rubrica dos ativos biológicos foram os seguintes:

*Contabilização dos ativos biológicos no setor agrícola*

Tabela 24 Movimentos na rúbrica dos ativos biológicos em 2023

31 de Dezembro de 2023					
Saldo em 01-Jan-23	Aquisições	Abates	Transferências	Variação do justo valor	Saldo em 31-Dez-23
1 130 751	87 217	-	-	-	1 217 968
<u>1 130 751</u>	<u>87 217</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1 217 968</u>
(383 330)	(73 002)	-	-	-	(456 332)
<u>747 421</u>	<u>160 219</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>761 636</u>

Fonte: Quinta da Almiara (2024)

Tabela 33 Movimentos na rúbrica dos ativos biológicos em 2022

31 de Dezembro de 2022					
Saldo em 01-Jan-22	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do justo valor	Saldo em 31-Dez-22
1 007 623	123 128	-	-	-	1 130 751
<u>1 007 623</u>	<u>123 128</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1 130 751</u>
(317 863)	(65 467)	-	-	-	(383 330)
<u>689 760</u>	<u>188 595</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>747 421</u>

Fonte: Quinta da Almiara (2024)

Tabela 42 Valor líquido dos ativos biológicos de produção

Descrição	Período	
	2023	2022
1-Total dos ativos biológicos de produção	1 217 968,00 €	1 130 751,00 €
2-Depreciações acumuladas dos ativos biológicos de produção	456 332,00 €	383 330,00 €
<b>3-Valor líquido= (1-2)</b>	<b>761 636,00 €</b>	<b>747 421,00 €</b>

**Fonte:** Elaboração própria

Em comparação com o ano de 2022, o valor líquido dos ativos biológicos da Quinta da Almiara, registou um aumento de **14.215,00 €**, passando de 747.421,00 € para 761.636,00 € em 2023, representando um crescimento de aproximadamente 1,90%. Esta variação poderá estar diretamente associada à contabilização dos ativos biológicos de produção, nomeadamente as vinhas da Quinta da Almiara, que são mensuradas pelo método do custo. O aumento verificado poderá estar relacionado com os novos investimentos realizados, na manutenção e desenvolvimento das vinhas, incluindo a aquisição de novas plantas e melhorias nas infraestruturas agrícolas, uma vez que os seus ativos biológicos são valorizados ao custo, e qualquer investimento adicional conduz a um incremento no valor contabilístico destes ativos. Este crescimento terá repercussões no balanço da entidade, uma vez que se traduz num aumento do montante total dos ativos biológicos registados.

### **III.8. Medidas de controlo das alterações nos ativos biológicos**

Ao longo da entrevista realizada com os funcionários da empresa em estudo, constatou-se que a entidade faz um monitoramento constante para identificar possíveis doenças ou pragas, utilizando métodos ecológicos de controlo para preservar o meio ambiente e garantir a saúde das vinhas e para além disso, ao longo das estações, são feitos ajustes nas práticas de cultivo consoante as condições climáticas e o ciclo das plantas, ou seja, procuram assegurar que as vinhas se desenvolvam nas melhores condições, permitindo que as uvas atinjam o ponto ideal de maturação, essencial para a produção de vinhos de alta qualidade.

Figura 9 Imagem dos Ativos biológicos da entidade



Fonte: Quinta da Almiara (2024)

A entidade não implementou, nenhum mecanismo para proteger os seus ativos de fatores climáticos catastróficos ou outros que possam comprometer a segurança dos seus ativos biológicos. Existiam apenas suportes que permitiam que as vinhas crescessem na direção adequada e permaneçam mais fortes e seguras protegendo-as dos ventos intensos que há naquela região.

Apesar de a maior parte das empresas agrícolas portuguesas mensurarem os seus ativos pelo método do custo, não sendo, portanto, contabilizadas as alterações que possam ocorrer nos seus ativos biológicos, é expectável que, dado o constante desenvolvimento de Portugal, os mercados se tornem mais dinâmicos. Assim, torna-se possível mensurar os ativos biológicos pelo justo valor a um custo reduzido. Contudo, é imprescindível que as empresas se preparem adequadamente para as evoluções do mercado.

### **III.9. Impacto das mudanças nos ativos biológicos nas demonstrações financeiras**

As variações nos ativos biológicos têm um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Quinta da Almiara, dado que afetam diretamente o balanço. De acordo com a NCRF 17, a contabilização desses ativos deve refletir as alterações nos custos e no justo valor ao longo do ciclo de vida das vinhas. Como a empresa mensura os seus ativos biológicos pelo custo, todos os custos de produção, manutenção e cuidados

com as vinhas são reconhecidos ao longo do tempo, sendo registados nas demonstrações financeiras como ativos biológicos.

As modificações nas características físicas dos ativos biológicos, assim como as alterações nos preços de mercado, podem levar a variações do valor desses ativos após dedução dos custos de venda. O cálculo dos desvios e a divulgação dessas alterações, tanto no que diz respeito à quantidade como ao valor de mercado, são essenciais para avaliar os resultados financeiros do período atual e as perspetivas futuras, especialmente no caso de biotransformações com duração superior a 1 ano, (Ostaev, 2019)

Nesse sentido, a medida que as vinhas evoluem, o valor dos ativos biológicos sofre alterações, especialmente devido ao crescimento das plantas, à produção de uvas e às variações nos custos de produção. Quando as vinhas começam a produzir uvas, o valor dos ativos pode aumentar, refletindo o crescimento das plantas e a geração de valor através da produção das uvas, que serão colhidas e posteriormente vendidas.

As alterações nas condições climáticas, no manejo das vinhas ou em outros fatores externos que impactem o crescimento das plantas também se refletem nas variações dos ativos. Assim, as flutuações são tratadas para garantir que os custos acumulados e a produção de valor sejam devidamente refletidos, conforme a metodologia de mensuração adotada pela Quinta da Almiara.

Este processo de reconhecimento e mensuração das variações nos ativos biológicos é essencial para garantir que as demonstrações financeiras da empresa reflitam de forma precisa a evolução do valor dos ativos ao longo do ciclo de produção, cumprindo as exigências da NCRF 17 e permitindo uma gestão financeira eficaz. Essas variações juntamente com os custos de produção, são cruciais para a avaliação da rentabilidade da empresa e para a preparação de relatórios financeiros que cumpram os requisitos da NCRF 17, assegurando transparência e precisão na informação financeira apresentada

### **III.10. Implicações fiscais decorrentes da contabilização das alterações nos ativos biológicos**

A contabilização das alterações nos ativos biológicos tem implicações fiscais relevantes para a Quinta da Almiara, especialmente no que respeita ao reconhecimento de custos e receitas associados ao cultivo das vinhas e à produção de uvas. De acordo com as normas contabilísticas, como a NCRF 17, a forma como a empresa mensura e regista as variações nos ativos biológicos afeta diretamente o cálculo do lucro tributável e, conseqüentemente, a tributação a que a empresa está sujeita.

Estes custos têm impacto no apuramento do lucro tributável, uma vez que, quando são registados como despesas operacionais, poderão ser deduzidos para efeitos fiscais. Contudo, é importante que estes custos sejam devidamente documentados e justificados para que possam ser considerados elegíveis para dedução fiscal.

Outro ponto relevante diz respeito ao rendimento gerado pela venda das uvas. Quando as vinhas começam a produzir uvas, o rendimento obtido com a sua venda será reconhecido nas demonstrações financeiras e sujeita a tributação, conforme o regime fiscal aplicável. A alteração no valor dos ativos biológicos, que resulta do crescimento das vinhas e da produção de uvas, implica também um ajuste nos resultados fiscais da empresa, uma vez que o valor das uvas colhidas e vendidas terá de ser contabilizado como rendimento, impactando diretamente o lucro tributável.

Além disso, as variações no valor dos ativos biológicos podem influenciar o apuramento das depreciações. Como a mensuração é feita pelo custo, não há reavaliações frequentes dos ativos biológicos, mas os custos associados à manutenção das vinhas, quando reconhecidos como despesas operacionais, podem ser deduzidos de acordo com as regras fiscais em vigor.

É essencial que a Quinta da Almiara mantenha um rigoroso registo dos custos e das receitas para garantir que a empresa cumpra as obrigações fiscais e minimize eventuais riscos de contestação por parte das autoridades tributárias.

Em suma, as implicações fiscais da contabilização das alterações nos ativos biológicos são significativas, uma vez que afetam tanto a dedução de custos como a

tributação das receitas. A Quinta da Almiara deve assegurar que todos os registos e cálculos relacionados com os ativos biológicos estejam em conformidade com a legislação fiscal vigente, garantindo o correto apuramento do lucro tributável e a maximização dos benefícios fiscais.

### **III.11. Desafios e oportunidades na implementação da NCRF-17 em empresas vitivinícolas**

A implementação da NCRF 17 nas empresas vitivinícolas, como a Quinta da Almiara, representa um desafio significativo, mas também oferece várias oportunidades para melhorar a transparência e a gestão financeira da empresa. A NCRF 17 estabelece as bases para a contabilização dos ativos biológicos, sendo particularmente relevante no setor vitivinícola, onde as vinhas são consideradas ativos biológicos que evoluem ao longo do tempo e geram fluxos de receita de forma cíclica.

Contudo, a aplicação rigorosa desta norma pode apresentar obstáculos devido à complexidade dos ativos biológicos e à variabilidade dos custos e das receitas associados ao ciclo de vida das vinhas.

**Desafios** - Um dos principais desafios na implementação da NCRF 17 nas empresas vitivinícolas é a dificuldade em mensurar o justo valor, dos ativos biológicos, nomeadamente das vinhas. As vinhas, enquanto ativos biológicos, sofrem alterações ao longo do seu ciclo de vida, o que implica uma avaliação constante dos custos e da produção. Como a Quinta da Almiara opta por mensurar os seus ativos pelo custo, a acumulação de custos com a manutenção e o cultivo das vinhas ao longo dos anos pode ser um processo complexo, dado que é necessário garantir que todos os custos sejam corretamente identificados, registados e atribuídos às diferentes fases de crescimento das vinhas. Além disso, o custo de produção pode variar dependendo de fatores externos, como as condições climáticas ou a qualidade do solo, o que torna o registo e a estimativa dos custos ainda mais difíceis.

Outro desafio importante diz respeito à necessidade de documentação e justificação detalhada dos custos. A NCRF 17 exige que todos os custos associados ao cultivo das vinhas sejam devidamente documentados e justificados para que possam ser

reconhecidos como ativos ou despesas. Isto pode ser particularmente exigente em empresas vitivinícolas que operam em grande escala, pois requer uma gestão rigorosa e sistemática das informações sobre os custos operacionais, o que envolve um processo de controlo e auditoria contínuos.

**Oportunidades-** Apesar dos desafios, a implementação da NCRF 17 também oferece diversas oportunidades para as empresas vitivinícolas. Uma das principais oportunidades é a melhoria da transparência financeira. A mensuração adequada dos ativos biológicos e o registo detalhado dos custos associados ao ciclo de vida das vinhas permitem uma visão mais clara da situação financeira da empresa, o que pode ser útil para investidores, credores e outros *stakeholders*. A aplicação rigorosa da norma garante que os resultados apresentados nas demonstrações financeiras sejam mais precisos, o que pode aumentar a confiança nas informações divulgadas e contribuir para a tomada de decisões mais assertivas.

Além disso, a implementação da NCRF 17 pode levar a uma melhor gestão dos ativos biológicos e a uma alocação mais eficiente dos recursos. A empresa pode, por exemplo, identificar áreas onde os custos podem ser reduzidos ou onde a produtividade das vinhas pode ser melhorada. Isto pode ser particularmente importante em empresas vitivinícolas que operam em mercados competitivos, onde a otimização dos processos de produção e a maximização dos rendimentos das vinhas são essenciais para a sustentabilidade e rentabilidade a longo prazo.

Por fim, a adoção da NCRF 17 pode representar uma oportunidade para aprimorar as práticas de governação e a conformidade fiscal. A implementação da norma contribui para assegurar que as empresas cumpram as exigências legais e fiscais, prevenindo possíveis problemas com as autoridades tributárias e melhorando a imagem empresarial perante os reguladores.

### **III.12. Sugestões para a melhoria da gestão e contabilização de ativos biológicos de produção em empresas agrícolas**

A gestão e contabilização de ativos biológicos de produção, como as vinhas na Quinta da Almiara, podem representar desafios significativos para as empresas agrícolas. No entanto, existem várias estratégias que podem ser implementadas para melhorar a gestão destes ativos e a sua contabilização, garantindo uma maior eficiência, transparência e conformidade com as normas contabilísticas, como a NCRF 17.

**Implementação de um sistema de controlo de custos detalhado** - Uma das principais sugestões para melhorar a gestão e contabilização dos ativos biológicos é a implementação de um sistema de controlo de custos detalhado. A empresa deve assegurar que todos os custos associados à produção, como fertilização, irrigação, poda, tratamentos entre outros, sejam registados e classificados de forma clara e precisa. O uso de tecnologias de gestão agrícola, como softwares de contabilidade e de gestão de operações agrícolas, pode ajudar a automatizar e sistematizar o registo de custos, facilitando a mensuração dos ativos biológicos ao longo do seu ciclo de produção.

**Aperfeiçoamento na estimativa e mensuração do valor dos ativos biológicos:** a melhoria na estimativa e mensuração do valor dos ativos biológicos é crucial para uma contabilização precisa. A aplicação de métodos mais sofisticados de avaliação, como o custo de produção, pode ser complementada com estimativas baseadas na produção futura esperada das vinhas. Além disso, a Quinta da Almiara poderia considerar a implementação de auditorias periódicas para avaliar a saúde e o valor das vinhas, ajustando os valores contabilísticos conforme necessário. A utilização de tecnologias, como imagens aéreas ou drones, para monitorizar o crescimento das vinhas e identificar potenciais riscos, como doenças ou deficiências nutricionais, pode proporcionar uma avaliação mais precisa dos ativos biológicos.

**Melhoria na gestão de riscos:** a gestão de riscos, como as variações climáticas, doenças ou pragas, tem um impacto significativo na produtividade das vinhas e, conseqüentemente, na contabilização dos ativos biológicos. Para mitigar esses riscos, a Quinta da Almiara pode implementar um sistema de gestão de riscos que envolva práticas

agrícolas sustentáveis, como a escolha de variedades de vinhas mais resistentes, o uso de sistemas de irrigação eficientes e a implementação de técnicas de cultivo que minimizem os danos causados por condições adversas.

**Adoção de práticas de sustentabilidade e certificação:** a sustentabilidade tem vindo a ganhar cada vez mais importância no sector agrícola, e a adoção de práticas agrícolas sustentáveis pode ter um impacto positivo tanto na produção como na contabilização dos ativos biológicos. A Quinta da Almiara pode beneficiar da certificação em práticas agrícolas sustentáveis, o que pode aumentar a credibilidade da empresa perante os consumidores e investidores. Além disso, práticas sustentáveis, como o uso reduzido de pesticidas ou a utilização de compostagem orgânica, podem melhorar a qualidade do solo e das vinhas, resultando numa maior produtividade e, portanto, num valor superior dos ativos biológicos.

#### **IV. Discussão**

A contabilização dos ativos biológicos no setor agrícola constitui, como abordado na revisão da literatura, uma área complexa, influenciada por múltiplos fatores, desde os princípios normativos, como a NCRF 17, até às especificidades operacionais e ambientais da atividade agrícola. Através da análise dos ativos biológicos da Quinta da Almiara, foi possível compreender de que forma os conceitos teóricos se materializam na prática.

Azevedo (2007) e Pascoal (2017), destacam a crescente relevância da mensuração pelo justo valor como o método que melhor reflete a realidade económica dos ativos biológicos, permitindo maior comparabilidade e transparência na informação financeira.

No entanto, este método também apresenta desafios práticos, como a necessidade de mercados ativos e a dificuldade de mensurar com fiabilidade os ativos em contextos de maior incerteza, o que leva muitas empresas, especialmente as de menor dimensão, a optarem pela mensuração ao custo (Argilés, 2011; Gonçalves, 2015).

Este cenário reflete-se na Quinta da Almiara. Apesar de possuir uma estrutura consolidada e instalações modernas, a empresa opta predominantemente pelo modelo do custo histórico, sobretudo devido à natureza perene das vinhas, às especificidades do setor

vitivinícola e à relativa ausência de mercados ativos que permitam uma estimativa fiável e objetiva do justo valor. Embora seja uma escolha legítima e em conformidade com as normas, pode, em certa medida, limitar a utilidade da informação financeira para os utilizadores externos que procuram conhecer o valor real dos ativos da empresa. A escolha da Quinta da Almiara em mensurar os ativos pelo modelo do custo faz com esses custos de produção tenham um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras, influenciando tanto os resultados operacionais como o valor dos ativos biológicos ao longo do tempo.

Outro ponto relevante é a influência das alterações climáticas e das transformações biológicas no valor dos ativos. Tal como previsto anteriormente, fatores como a seca, o calor excessivo ou a degradação do solo influenciam não só a produtividade, como também a expectativa de benefícios económicos futuros, afetando diretamente o reconhecimento e a mensuração dos ativos biológicos. A Quinta da Almiara, situada numa zona com forte influência atlântica, tem vindo a adotar práticas sustentáveis para mitigar os efeitos ambientais adversos, facto que se traduz na estabilidade e continuidade dos seus ativos de produção.

Além disso, destaca-se a importância da experiência e do conhecimento técnico da equipa contabilística como fatores-chave para a correta aplicação da norma. Através da observação do software utilizado pela empresa, foi possível verificar que os registos são feitos com base numa estrutura bem definida, garantindo o cumprimento do normativo em vigor, embora existam limitações na recolha de informação sobre as variações biológicas de curto prazo

Assim, existe uma forte ligação entre os desafios teóricos identificados na literatura e as escolhas práticas realizadas pela empresa analisada, evidenciando-se a tensão existente entre o rigor normativo, a capacidade operacional e a realidade do mercado. Em suma, alinhar a teoria contabilística com a prática agrícola requer uma abordagem holística, conjugando conhecimento técnico contabilístico com estratégias de gestão agronómica, algo que as empresas vitivinícolas em Portugal têm vindo a perseguir para melhorar a fiabilidade da informação financeira no setor agrícola. As lições retiradas

deste caso e de práticas do setor vitivinícola indicam que a chave está em mitigar na vinha o que depois se reflete na contabilidade: quanto mais controlados estiverem os fatores que influenciam o crescimento e produção, mais estáveis e defensáveis serão os valores atribuídos aos ativos biológicos. Assim, consegue-se não só cumprir os normativos com maior rigor, mas também gerir melhor o negócio vitivinícola em face das incertezas da natureza

## CONCLUSÃO

A presente dissertação permitiu uma análise teórica e prática dos principais desafios e estratégias associados à contabilização dos ativos biológicos no setor agrícola, com foco na aplicação da NCRF 17. Embora a norma preveja a mensuração dos ativos biológicos ao justo valor como abordagem principal, constatou-se que, na prática, muitas empresas optam pelo custo histórico devido a questões de fiabilidade, simplicidade e limitações de recursos. Este é o caso da Quinta da Almiara, cuja estratégia contabilística reflete um equilíbrio entre conformidade normativa e gestão eficiente dos seus recursos.

Fatores como as condições climáticas, as transformações biológicas dos ativos e a dimensão da empresa têm uma influência direta na escolha do modelo contabilístico a ser adotado. O estudo de caso reforçou a importância da especialização técnica, da sustentabilidade e da adequação dos sistemas de informação contabilística, que são essenciais para a correta mensuração e reconhecimento dos ativos biológicos. Neste sentido, foi possível perceber que, para promover uma contabilização mais transparente e útil, não é apenas necessário o reforço das normas e boas práticas contabilísticas, mas também o investimento contínuo em formação e tecnologia. Estes elementos são fundamentais para dar resposta às exigências de um setor em constante transformação.

A contabilização dos ativos biológicos no setor agrícola é uma área particularmente desafiante da contabilidade, que exige um equilíbrio constante entre a teoria normativa e a prática operacional. As especificidades do setor, como os ciclos de produção, as condições climáticas, as transformações biológicas e a ausência de mercados ativos, dificultam a aplicação uniforme da NCRF 17. Embora o justo valor vise maior transparência e comparabilidade da informação financeira, a sua aplicação prática nem sempre é viável, especialmente em contextos de incerteza ou quando as empresas têm menor capacidade técnica.

Através da análise do caso da Quinta da Almiara, foi possível verificar que a escolha pelo modelo do custo histórico, embora afaste a empresa da abordagem preferencial da norma, é justificada pela natureza perecível dos ativos (como as vinhas), pela especificidade do setor vitivinícola e pela falta de mercados ativos para suportar uma

estimativa fiável de justo valor. Este cenário reflete a tensão entre o cumprimento das normas e as limitações práticas enfrentadas pelas empresas agrícolas, particularmente as de menor dimensão. O estudo também demonstrou que a fiabilidade da informação contabilística depende não apenas da norma aplicada, mas também da competência técnica da equipa, da qualidade dos sistemas de informação utilizados e da articulação com a gestão agronómica.

Apesar de a maior parte das empresas agrícolas portuguesas, mensurarem os seus ativos pelo método do custo, e não sendo, portanto, contabilizadas as alterações que possam ocorrer nos seus ativos biológicos, Portugal por ser um país que está em constante desenvolvimento, é espectável que os mercados estejam mais ativos, sendo por isso, possível mensurar os ativos biológicos pelo justo valor a um custo reduzido, entretanto, é imprescindível que as empresas já estejam preparadas para essas evoluções do mercado.

Assim, para uma contabilização eficaz dos ativos biológicos exige uma abordagem holística, que combine conhecimentos técnico-contabilísticos, compreensão das dinâmicas biológicas e sensibilidade à realidade operacional das empresas. Para além da necessidade de reforçar a formação profissional e o investimento em tecnologia, é crucial que os normativos evoluam de forma a refletir melhor as complexidades do setor agrícola. A prática da Quinta da Almiara mostra que é possível alcançar um equilíbrio entre conformidade normativa, gestão eficiente e sustentabilidade, tornando a contabilidade uma ferramenta cada vez mais relevante na tomada de decisões e no desenvolvimento estratégico das empresas agrícolas.

Apesar da relevância dos resultados alcançados, este estudo apresenta algumas limitações que importa considerar. O facto de se tratar de um estudo de caso centrado numa única empresa do setor vitivinícola impede a generalização das conclusões a outras realidades do setor agrícola, uma vez que diferentes contextos organizacionais, ambientais e operacionais podem conduzir a práticas contabilísticas distintas. A aplicação da NCRF 17 foi observada num contexto específico, marcado por limitações de mercado e de recursos técnicos, o que restringe a aplicabilidade dos resultados a empresas com características semelhantes. Por último, o estudo reflete um momento temporal concreto,

não considerando eventuais evoluções normativas ou alterações na dinâmica dos mercados que possam vir a influenciar a adoção futura do justo valor.

Outra dificuldade significativa prendeu-se com a identificação e obtenção de colaboração por parte de uma empresa adequada ao estudo de caso. Apesar de terem sido enviados diversos e-mails e efetuados contactos telefónicos com várias entidades do sector agrícola, a maioria não respondeu ou demonstrou indisponibilidade para participar. Muitas das empresas contactadas indicaram que retornariam o contacto posteriormente, o que, na prática, raramente se concretizou. Assim, a colaboração da Quinta da Almiara revelou-se essencial para a concretização do estudo, permitindo uma análise prática aprofundada e alinhada com os objetivos do trabalho.

Apesar de já existir uma norma que estabelece os princípios para o reconhecimento e mensuração dos ativos biológicos (NCRF 17), ainda subsistem diversas limitações associadas à sua aplicação, sendo que as próprias empresas frequentemente encontram dificuldades na implementação dessas normas. Uma proposta de investigação futura poderia consistir em analisar as dificuldades sentidas pelas empresas na aplicação da norma, bem como identificar as melhores práticas que as empresas devem adotar para mitigar os desvios que possam ocorrer na contabilização desses ativos, tendo em conta as transformações biológicas e alterações climáticas. Além disso, seria relevante investigar quais os sistemas de controlo essenciais que as empresas devem implementar para gerir essas variações, o que poderá contribuir para o desenvolvimento e melhoria da própria norma que regula a contabilização desses ativos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Argilés, J. M. (2021). *The fair value accounting treatment of biological assets and agricultural products*. *Visión de Futuro*, 25(2), 63–80. <https://doi.org/10.36995/>

Azevedo, L. P. (2007). *Contabilidade dos ativos biológicos: O modelo de custo vs. o modelo do justo valor*. *Revista de Contabilidade e Finanças*, 18(44), 46–59.

Barker, S., & Mayer, E. (2019). *Directors' liability and climate risk: Comparative paper*. <https://www.blackrock.com/aladdin/products/aladdin-climate>

Barrona, J. (2023). *Agricultura em Portugal: Conheça a área com a Master D*.

Batten, S., Sowerbutts, R., & Tanaka, M. (2016). *Let's talk about the weather: The impact of climate change on central banks* (Working Paper No. 603). Bank of England. <https://doi.org/10.2308/ajpt-50331>

Bohušová, H., & Svoboda, P. (2012). Biological assets reporting: Is the increase in value caused by the biological transformation revenue? *Agricultural Economics – Czech*, 58(11), 520–532. <https://doi.org/10.17221/187/2011-AGRICECON>

Borges, A., & Martins, F. (2019). *Contabilidade geral: Uma visão integrada*. *Vida Económica*.

Caldecott, B., Harnett, N., & Cojoianu, T. (2013). *Stranded assets in agriculture: Protecting value from environmental risks*. Smith School of Enterprise and the Environment, University of Oxford. <https://www.smithschool.ox.ac.uk/>

Cardoso, S., & Ferreira, L. (2018). Fair value accounting in biological assets: A critical analysis of IAS 41 in the context of Portuguese agriculture. *Revista Portuguesa de Contabilidade*, 4(25), 27–42.

Comissão de Normalização Contabilística. (2015). *NCRF 17 – Agricultura*. CNC. <https://www.cnc.min-financas.pt/>

Cunha, M. S. (2021). *Impactos das alterações climáticas na agricultura portuguesa*. Instituto Politécnico de Coimbra.

Dietz, S., Bowen, A., Dixon, C., & Gradwell, P. (2016). Climate value at risk of global financial assets. *Nature Climate Change*, 6(7), 676–679. <https://doi.org/10.1038/>

Ferreira, J. (2021). *A viticultura em Portugal: História, inovações e sustentabilidade*. Editora UFRGS.

Gonçalves, A., & Ribeiro, J. (2015). Práticas de mensuração e as influências do contexto organizacional e nacional: Um estudo sobre ativos biológicos. *Revista de Contabilidade e Finanças*, 26(67), 10–23.

Gonçalves, L. (2019). *Sustentabilidade na agricultura*. Porto: Porto Editora.

Hanisch, F. (2018). *Divesting from fossil fuels, investing in our future: A toolkit for cities*. C40. <https://www.c40.org/wp>

Instituto Nacional de Estatística. (2021). *Estatísticas da agricultura*. <https://www.ine.pt>

Jevrejeva, S., Jackson, L. P., Riva, R. E., Grinsted, A., & Moore, J. C. (2018). Flood damage costs under the sea level rise with warming of 1.5°C and 2°C. *Environmental Research Letters*, 13(7), 074014. <https://doi.org/10.1088/1748-9326/aacc76>

Kontevoy, V. (2015). Improving the methodology for assessing and recording material and biological costs. *Accounting and Financial Control*, 13(3), 44–52.

Leitão, L. (2024). *Raio-X à agricultura nacional*. <https://eco.sapo.pt/>

Managi, S., & Kumar, P. (2018). *Measuring progress towards sustainability*. London: Elsevier.

Marco, A. (2024). *Reconhecimento e mensuração dos ativos biológicos*. Estudo Geral. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/82196>

Marjanac, S., Patton, L., & Thornton, J. (2018). Extreme weather event attribution science and climate change litigation: An essential step in the causal chain? *Journal of Energy & Natural Resources Law*, 36(3), 265–298.

Martinez, M. P. (2024). Methodological steps for implementing international standards in agricultural accounting. *Journal of Social Science and Humanitarian Research*, 7(1), 92–101.

Martins, A., & Costa, R. (2020). *Competitividade do setor agrícola: Análise e perspectivas*. Universidade do Algarve.

Mastrorillo, M., Lovo, S., & Roberts, D. (2016). Vulnerability of ecosystems to climate change. *Ecological Indicators*, 71, 584–597.

Matos, L., & Oliveira, S. (2018). *A olivicultura no Alentejo: Impactos económicos e ambientais*.

Nobre, E. S. (2017). *Contabilidade e fiscalidade em Portugal*. Lisboa: Vida Económica.

Orbán, I. D. (2015). Measurement of agricultural activities according to the international financial reporting standards. *Procedia Economics and Finance*, 32, 970–976.

Ostaev, Y., & Gamlet, K. (2019). Improving the methods and approaches of analysis and management accounting. *Amazonia Investiga*, 8(21), 17–26.

Pascoal, M. A. (2017). Measurement and accounting recognition of biological assets: A case study. *Journal Name Missing*, 10(2), 21–30. (*verificar o nome da revista*)

Pereira, F., & Matos, C. (2019). Cerealicultura e o desenvolvimento rural em Portugal. *Revista de Estudos Rurais*, 8(1), 33–46.

Quinta da Almiara. (2024). *Nossa história*. <https://www.quintadaalmiara.com/>

Ribeiro, D. (2022). Atividade agrícola: Apontamentos sobre o tratamento contabilístico e fiscal. *Boletim Técnico da OCC*, 14, 1–14.

Rodrigues, J. (2010). *Sistema de normalização contabilística*. Porto: Porto Editora.

Rolan, S. (2020). Accounting and analysis of biological asset transformation results in agricultural companies of the Russian Federation. *Journal of Agricultural Accounting*, 6(2), 58–72.

Santos, I., & Barros, C. (2023). O caráter dialógico da agricultura. *Revista Científica Agrícola*, 11(1), 15–22.

Sedlacek, J. (2010). The methods of valuation in agricultural accounting. *Agricultural Economics – Czech*, 56(2), 59–66.

Silva, A. (2020). *Horticultura moderna: O crescimento das exportações de frutas e legumes em Portugal*. Ed. AgroTech.

Universidade de Évora. (2022). *Exemplos e tipos de pesquisa qualitativa*. <https://www.uevora.pt/>

Vilar, J. D. (2019). *Alentejo: A liderar a olivicultura moderna internacional*. <https://vozdocampo.pt/2023/06/26/>

## ANEXOS

### Anexo 1: Balancete da empresa - ativos biológicos

QUINTA DA ALMIARA SOC. VITIVINÍCOLA, SA		<b>Balancete Geral</b>				Pág. 1 de 2	
Terceiros Não		Grau Movimento		Período e Acumulado		Nº Contribuinte 506797465	
Exercício	2023	Período	Dezembro	Tipo Saldo	Saldo das Somas	QUINTA DA ALMIARA - SOC. VITIVINÍCOLA, SA	
Conta	37	à	37999999999	Status	Efetivos		
Conta	Descrição	Período		Acumulado		Saldos	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito
37	<b>ATIVOS BIOLÓGICOS</b>	429,40	73 001,75	1 237 011,81	475 375,34	761 636,47	
372	DE PRODUÇÃO	429,40		1 237 011,81	19 043,60	1 217 968,21	
3722	Plantas	429,40		1 237 011,81	19 043,60	1 217 968,21	
37221	Vinhas	429,40		1 237 011,81	19 043,60	1 217 968,21	
372211	<b>Vinhas - Maduras</b>			792 572,98		792 572,98	
37221101	Vinha Casal da Serra - 2006			19 435,50		19 435,50	
37221102	Vinhas 2009			43 869,68		43 869,68	
37221103	Vinhas 2010			109 777,81		109 777,81	
37221105	Vinhas 2012			56 178,92		56 178,92	
37221106	Vinha Estrada Art. 134 O			215 775,00		215 775,00	
37221108	Vinhas 2014			81 431,13		81 431,13	
37221109	Vinhas 2015			10 260,00		10 260,00	
37221110	Vinhas 2016			91 262,22		91 262,22	
37221111	Vinhas 2017			89 324,77		89 324,77	
37221112	Vinhas 2018			75 257,95		75 257,95	
372212	<b>Vinhas - Imaturas</b>	429,40		444 438,83	19 043,60	425 395,23	
3722121	Vinhas 2021			142 795,74		142 795,74	
372212101	Vinhas 2021 - Tx R			87 245,00		87 245,00	
372212102	Vinhas 2021 - Tx I			34 996,16		34 996,16	
372212103	Vinhas 2021 - Tx N			20 554,58		20 554,58	
3722122	Vinhas 2022			126 448,10		126 448,10	
372212201	Vinhas 2022 - Tx R			54 795,00		54 795,00	
372212202	Vinhas 2022 - Tx I			41 335,20		41 335,20	
372212203	Vinhas 2022 - Tx N			30 317,90		30 317,90	
3722123	Vinhas 2023			113 026,35	19 043,60	93 982,75	
<b>A Transportar da Classe</b>		<b>429,40</b>	<b>73 001,75</b>	<b>1 237 011,81</b>	<b>475 375,34</b>	<b>761 636,47</b>	

Licenciado a CONSTANTINOS, S.A.

Data Emissão 03-09-2024

Fonte: Quinta da Almiara (2024)

*Contabilização dos ativos biológicos no setor agrícola*

**Anexo 2: Balancete da empresa – depreciações**

QUINTA DA ALMIARA SOC. VITIVINÍCOLA, SA		<b>Balancete Geral</b>				Pág. 2 de 2	
		<b>Período e Acumulado</b>					
Terceiros	Não	Grau	Movimento	Tipo Saldo	Saldo das Somas	Nº Contribuinte	506797465
Exercício	2023	Período	Dezembro	Status	Efetivos	QUINTA DA ALMIARA - SOC. VITIVINÍCOLA, SA	
Conta	37	à	37999999999				
Conta	Descrição	Período		Acumulado		Saldos	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito
<b>Transporte da Classe</b>		<b>429,40</b>	<b>73 001,75</b>	<b>1 237 011,81</b>	<b>475 375,34</b>	<b>761 636,47</b>	
372212303	Vinhas 2023 - Tx N			36 539,60	15 765,16	20 774,44	
3722124	Vinhas 2024	429,40		16 714,40		16 714,40	
372212401	Vinhas 2024 - Tx R			6 965,00		6 965,00	
372212403	Vinhas 2024 - Tx N	429,40		9 749,40		9 749,40	
3722129	Vinhas 2019			45 454,24		45 454,24	
37221291	Vinhas 2019 - Tx R			18 915,00		18 915,00	
37221292	Vinhas 2019 - Tx I			15 624,52		15 624,52	
37221293	Vinhas 2019 - Tx N			10 914,72		10 914,72	
378	Depreciações Acumuladas		73 001,75		456 331,74		456 331,74
3782	Depreciações acumuladas - AB Produção Mensurados cus		73 001,75		456 331,74		456 331,74
<b>Total da Classe</b>		<b>429,40</b>	<b>73 001,75</b>	<b>1 237 011,81</b>	<b>475 375,34</b>	<b>761 636,47</b>	
<b>Total</b>		<b>429,40</b>	<b>73 001,75</b>	<b>1 237 011,81</b>	<b>475 375,34</b>	<b>761 636,47</b>	

**Fonte: Quinta da Almiara (2024)**